



EDITAL N.º 364/2017

ISALTINO AFONSO MORAIS, LICENCIADO EM DIREITO, PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Faz Público que esta Câmara Municipal, em reunião ordinária, realizada no dia 12 de dezembro de 2017, aprovou, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea e) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Deliberação n.º 831/2017, proposta pelo Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional relativa à **Manutenção do Tarifário aplicável à atividade de Gestão dos Resíduos Urbanos em 2018**, após emissão do Parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Faz igualmente público, a necessidade de publicitar a estrutura do “**Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos**” para o Município de Oeiras, para o ano 2018, respetivas Tarifas de Disponibilidade e Variável, respetivo Tarifário Social, bem como o Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos – aplicável aos Serviços Auxiliares e anexos¹ à deliberação supra identificada (anexo 2), conforme matrizes que se apresentam, dando cumprimento ao disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente, através de Edital.

Mais se Faz Público que o presente Edital produzirá efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2018.

E para constar se publica o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo, e para os efeitos previstos no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Oeiras, 13 de dezembro de 2017

O Presidente

Isaltino Moraes

¹ **Anexo 1:** Comunicação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) de 4 de dezembro de 2017, sua referência: O-010227/2017, relativa ao Parecer sobre o Tarifário dos Serviços de Resíduos para 2018 do Município de Oeiras.

Anexo 2: Deliberação n.º 831/2017, aprovada a 12 de dezembro de 2017.

EDITAL N.º 364/2017

Município de Oeiras
Tarifário de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2018
(Faturação pelos SIMAS)

Descrição	Tarifário 2018		Requisitos Enquadramento Legal
	Tarifa Disponibilidade Diária /por cliente	Tarifa Variável por m3 de água consumida	
Tarifário Normal			
Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Artigo 21.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), publicado a 15 de abril de 2014 (Diário da República n.º 74 – 2.ª Série), relativo às Diferenciações Tarifárias
Não Doméstico	0,3255 €	0,9923 €	
Tarifário Social			
Doméstico	Isento	0,3518 €	Isenção da tarifa disponibilidade aos utilizadores domésticos quando se encontrem em situação de carência económica, comprovada pelo sistema de segurança social, conforme alínea a) do n.º 1, n.º 2 e n.º 3 do artigo 22.º do RTSGRU e alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 66.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras
Não Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa varável aplicáveis aos utilizadores domésticos exclusivamente a pessoas coletivas de declarada utilidade pública, conforme alínea b) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 22.º do RTSGRU e alínea b) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 66.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras
Conforme Formação de Tarifário para 2018 objeto de Parecer pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (sua comunicação de 4 de dezembro de 2017 sua referência: O-010227/2017)			

Nota:

Nos termos do n.º 2 do artigo 22.º relativo aos Tarifários Sociais do RTSGRU (com correspondência à alínea a) do n.º 1 do artigo 66.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras), **considera-se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:**

- a) Complemento Solidário para Idosos;
- b) Rendimento Social de Inserção;
- c) Subsídio Social de Desemprego;
- d) 1.º Escalão do Abono de Família;
- e) Pensão Social de Invalidez

Nos termos do Parecer da ERSAR (sua comunicação acima referida), o Tarifário a aprovar e as faturas a emitir devem evidenciar de forma clara os valores unitários das Tarifas Variáveis e da TGR (linhas separadas), dando cumprimento ao disposto no artigo 18.º da Deliberação N.º 928/2014, de 15 de abril (acima referenciado como RTSGRU).

A Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos (TGR), no valor de 0,0544 € / m³ é aplicável a todos os utilizadores finais (incluindo os beneficiários de Tarifários Sociais) e, tal como as Tarifas RU (Disponibilidade e Variável), é isenta de IVA.

EDITAL N.º 364/2017



Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada 2018

Serviços Auxiliares - Utilização de Recursos Ordinários (SARO) e Recursos Humanos Extraordinários (SARHE)

Código				Serviços / Utilização de recursos	Unidade	Valores Sem IVA 1)
1.				Utilização de Recursos Ordinários (RO)		
1.	1.			Componente Fixa (RO) 2)	Unidade	47,9362
1.	2.			Componente Variável		
1.	2.	1.		Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM)	Km	0,9264
1.	2.	2.		Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM)	Km	0,4632
1.	2.	3.		Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional)	Hora	16,8434
1.	2.	4.		Assistente Operacional	Hora	16,8434
1.	2.	5.		Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro	Tonelada	
1.	2.	5.	1.	Utilizadores Domésticos	Tonelada	14,9959
1.	2.	5.	2.	Utilizadores Não Domésticos	Tonelada	29,9918
1.	2.	5.	3.	Grandes Produtores	Tonelada	59,9836
2.				Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)		
2.	1.			Componente Fixa (RHE) 3)	Unidade	Isento
2.	2.			Componente Variável		
2.	2.	1.		Pedido de mão de Obra	Unidade / Hora	16,8434

Notas:

1) IVA à taxa reduzida legal em vigor sobre a totalidade do serviço.

2) **Componente Fixa (RO)** - Isenção do pagamento sempre que o adjudicatário (Doméstico ou Não Doméstico) tiver ativo um contrato de abastecimento de água com os SIMAS, sendo exigível a apresentação da última fatura, cuja morada deve ser coincidente com a de realização do serviço (n.º 6 do artigo 64.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras).

No caso de ser grande produtor, cliente do Município de Oeiras do serviço de recolha de resíduos urbanos, fica igualmente isento na medida em que suporta o pagamento da componente fixa mensalmente no âmbito da execução do contrato. Para beneficiar desta isenção deve ser apresentada a última fatura emitida pelo MO, devendo a morada ser coincidente com a do local de realização do serviço auxiliar.

3) **Componente Fixa (RHE)** - Esta componente é igualmente objeto de isenção quando estiver associada à utilização de Recursos Humanos Extraordinários, complementarmente aos obrigatórios, por se considerar que a correspondente de Recursos Ordinários já tem subjacente uma Componente Fixa, ainda que, por aplicação do disposto no regulamento, tenha havido lugar a isenção.

A presente Estrutura Tarifária não dispensa a leitura da respetiva Fundamentação Económica e Financeira e do referido regulamento sempre que tal se revelar necessário.

Nos termos do Parecer da ERSAR (sua comunicação acima referida), o Tarifário a aprovar e as faturas a emitir devem evidenciar de forma clara o valor da TGR dando cumprimento ao disposto no artigo 18.º da Deliberação N.º 928/2014, de 15 de abril.

A Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos (TGR), no valor de 0,0544 €/tonelada é aplicável a todos os utilizadores dos Serviços Auxiliares (com correspondência aos códigos 1.2.5., conforme estrutura supra).

ANEXO 1



Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Oeiras
Largo Marquês de Pombal

2784-501 OEIRAS

vossa referência
your reference

vossa comunicação
your communication

nossa referência
our reference

nosso processo
our process

data
date

O-010227/2017

2017-12-04

assunto
subject

Parecer sobre o tarifário dos serviços de resíduos para 2018 - CM de Oeiras

Ex.^{mo} Senhor,



Junto se envia o parecer desta Entidade sobre o tarifário dos serviços de resíduos para 2018.

Com os melhores cumprimentos,



O Presidente



(Orlando Borges)

Anexo: I-002015/2017



Parecer sobre a formação de tarifários 2018

Informação	I-002015/2017
------------	---------------

Entidade gestora	CM de Oeiras
------------------	--------------

Serviço	Gestão de resíduos urbanos
---------	----------------------------

Data da deliberação do	
------------------------	--

Conselho de Administração	2017-12-04
---------------------------	------------

A Câmara Municipal de Oeiras (adiante designada por CM de Oeiras) submeteu no módulo de regulação económica do Portal da ERSAR informação relativa à proposta de tarifário para 2018, nos termos solicitados no ofício ERSAR n.º 006444/2017, de 3 de agosto.

Nos termos do artigo 5.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, são atribuições desta Entidade, designadamente, regulamentar, avaliar e auditar a fixação das tarifas praticadas pelas entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos de titularidade municipal. No mesmo sentido, o artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece que as tarifas municipais dos serviços de abastecimento, saneamento e resíduos estão sujeitas ao parecer desta Entidade Reguladora no que respeita à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Na sequência da análise dos elementos remetidos e da informação existente na ERSAR, são apresentadas as considerações desta Entidade sobre a proposta remetida, sendo identificado, em cada ponto de análise, o respetivo anexo onde se apresentam os valores apurados.

1. Análise

- Resumo dos indicadores (anexos 1, 2 e 6)

Resíduos urbanos		
Cobertura dos gastos (conforme guia de avaliação da qualidade de serviço - 3.ª geração)	89%	Insatisfatória
Cobertura dos gastos por via tarifária	89%	Insatisfatória
Cobertura dos gastos por via de outros rendimentos e subsídios ao investimento	0%	
Cobertura dos gastos por via de subsídio implícito / Subsídio implícito	11%	1.215.436,04 €
Cobertura dos gastos (implícita)	100%	
Custos unitários de exploração	141,33 €/t	Insatisfatório
Acessibilidade económica	0,14%	Boa

Nota:

A avaliação da cobertura dos gastos (e por via tarifária) e da acessibilidade económica é efetuada de acordo com os valores de referência definidos pela ERSAR no âmbito da avaliação da qualidade de serviço. Os custos unitários de exploração são avaliados de acordo com intervalos de referência considerados pela ERSAR (vide Anexo "Bandas de referência").

Nos termos do disposto no n.º 1, em articulação com o n.º 2, do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais, pelos serviços municipalizados e por empresas locais, não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados (medidos em situação de eficiência produtiva) com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens.

As projeções apresentadas pela CM de Oeiras para o serviço de gestão de resíduos urbanos para 2018 apontam para que a cobertura dos gastos por via tarifária seja insuficiente. Por sua vez, a cobertura dos gastos do serviço de gestão de resíduos urbanos prevista é também insuficiente. Assim, a prestação deste serviço é complementarmente assegurada por via de subsidiação implícita nas demonstrações financeiras, conforme refletido no quadro supra.

Relativamente aos custos unitários de exploração projetados, estes afiguram-se insatisfatórios no contexto das bandas de referência que se apresentam em anexo.

- Investimento (anexos 3 e 4)

No período 2017-2021, a CM de Oeiras prevê investir 1,4 milhões de euros no serviço de gestão de resíduos urbanos, com recurso a autofinanciamento, dos quais 691,5 milhares de euros estão previstos para 2018.



Salienta-se que, sendo o investimento previsto para o quinquénio 2017-2021 financiado exclusivamente por recurso a autofinanciamento, como informado pela CM de Oeiras, tal poderá originar pressão para o aumento das tarifas.

- Encargos tarifários (anexo 5)

Os encargos tarifários projetados para 2018 mediante a proposta ora em apreço conduzem a um bom nível de acessibilidade económica face ao rendimento médio disponível por família no município de Oeiras.

Sobre a repercussão dos encargos da taxa de gestão de resíduos (TGR) nos utilizadores finais, em que a entidade gestora refere que *"Conforme tem sido prática a Tarifa Variável praticada pelo Município de Oeiras inclui a Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos"*, recorda-se que, para tornar mais perceptível aos utilizadores o custo ambiental associado ao seu perfil de consumo a lei¹ exige que a fatura desagregue de forma rigorosa este valor. Neste sentido, o tarifário a aprovar, bem com as faturas a emitir, deverão evidenciar os valores unitários das tarifas variáveis e da TGR de forma separada, pois só assim será igualmente possível confirmar o cumprimento do disposto no artigo 18.º da Deliberação n.º 928/2014, publicada na 2.ª série do Diário da República, de 15 de abril de 2014, que aprova o Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos.

- Estrutura tarifária

Conformidade com o Regulamento Tarifário

A análise pela ERSAR do *"Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos, Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras"*, foi vertida na I-001175/2016, de 2016-09-02, e remetida à CM de Oeiras através do ofício 0-007200/2016, de 2016-09-05.

Sem prejuízo das observações efetuadas, apraz-nos verificar que a estrutura tarifária prevista aplicar em 2018 pela CM de Oeiras cumpre as principais disposições do Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, isto sem prejuízo do exposto no ponto anterior.

¹ Artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março e Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho.



ERSAR

ENTIDADE REGULADORA
DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS

2. Conclusões e recomendações

Face ao exposto, conclui-se e recomenda-se o seguinte:

- A CM de Oeiras propõe um tarifário para o serviço de resíduos urbanos que conduz a uma cobertura dos gastos por via tarifária insuficiente devendo promover a melhoria deste indicador, em cenário de eficiência produtiva, de forma a assegurar a sustentabilidade do serviço. A melhoria da cobertura dos gastos pode ser obtida através de um aumento tarifário até ao limite em que o indicador da acessibilidade económica não é comprometido (vide Anexo "Bandas de referência"), embora, atendendo aos elevados custos unitários de exploração, a CM de Oeiras possa igualmente tomar medidas que reduzam os gastos decorrentes de ineficiências no âmbito do serviço de gestão de resíduos urbanos, de forma a não penalizar os utilizadores;
- A CM de Oeiras deve evidenciar nos tarifários a aprovar, bem como nas faturas a emitir, o valor das tarifas variáveis e da TGR de forma separada.

Saliente-se que, nos termos do n.º 8 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, as decisões das entidades titulares desconformes às recomendações da ERSAR ou aos pareceres da ERSAR devem fundamentar essa opção na respetiva deliberação.

Mais se informa que o tarifário aprovado, acompanhado da respetiva deliberação municipal, deve ser submetido em "Tarifários ao utilizador final" do módulo de regulação económica no Portal da ERSAR, até 15 dias após a sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º-A do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Por último, a ERSAR reitera a sua disponibilidade para prestar o apoio ou esclarecimentos considerados necessários.

Paulo Lopes Marcelo
(Vogal)

O Conselho de Administração

Orlando Borges
(Presidente)

Ana Barreto Albuquerque
(Vogal)



ENTIDADE REGULADORA
DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS

Bandas de referência

Cobertura dos gastos e Cobertura dos gastos por via tarifária	
Abastecimento + Saneamento + Resíduos Urbanos	
Bom	[100%;110%]
Mediano	[90%;100%[ou]110%;120%]
Insatisfatório	[0%;90%[ou]120%;+00[

Acessibilidade económica	
Abastecimento + Saneamento + Resíduos Urbanos	
Bom	[0;0,50%]
Mediano]0,50%;1,00%]
Insatisfatório]1,00%;+00[

Custos unitários de exploração	
Resíduos Urbanos	
Bom	[47,6935;65,3361]
Mediano]65,3361;97,249]
Insatisfatório	[97,249;+00[
Mínimo	47,6935
Mediana	[0;76,569]

(AA e AR: €/m³; RU: €/ton)

CM de Oeiras

Formação de tarifários - Anexos 2018

Anexo 1 - Recuperação de custos

	2014	2015	2016	2017	2018
Cobertura dos gastos					
Resíduos	0,38	0,49	0,67	0,70	0,90
Cobertura dos gastos de exploração					
Resíduos	0,40	0,53	0,73	0,70	1,00
Cobertura dos gastos por via tarifária					
Resíduos	0,38	0,48	0,66	0,70	0,90
Cobertura dos gastos de exploração por via tarifária					
Resíduos	0,40	0,52	0,72	0,70	1,00

Notas:

- Cobertura dos gastos: (rendimentos tarifários, outros rendimentos, subsídios ao investimento)/gastos totais;
- Cobertura dos gastos de exploração: (rendimentos tarifários, outros rendimentos, subsídios ao investimento)/gastos de exploração (custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal e outros gastos e perdas operacionais);
- Cobertura dos gastos por via tarifária: rendimentos tarifários/gastos totais;
- Cobertura dos gastos de exploração por via tarifária: rendimentos tarifários/gastos de exploração (custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal e outros gastos e perdas operacionais);

Anexo 2 - Custos unitários de exploração

	2014	2015	2016	2017	2018
Resíduos	219,21	164,85	156,25	154,68	141,33
	€	€	€	€	€
Custos de exploração	15.096.492	11.508.794	11.109.360	11.113.072	10.263.662
Quantidades (Vano)	68.868	69.815	71.099	71.856	72.621

Até 2015, inclusive, os volumes considerados correspondem aos seguintes dados da avaliação da qualidade de serviço (2.ª geração): dAA14ab, dAR23ab e dRU12ab. A partir de 2016, os volumes considerados correspondem aos seguintes dados da avaliação da qualidade de serviço (3.ª geração): dAA41ab, dAR50ab e dRU33ab.

CM de Oeiras

Formação de tarifários - Anexos 2018

Anexo 3 - Investimentos e financiamento

	Resíduos	Total
Investimento em 2016 (Real)	€ 5.277.384	€ 5.277.384
Investimento em 2017 (Estimativa de fecho)	€ 688.221	€ 688.221
Investimento em 2018 (Previsional)	€ 691.450	€ 691.450
Investimento em 2019 (Previsional)	€ 0	€ 0
Investimento em 2020 (Previsional)	€ 0	€ 0
Investimento em 2021 (Previsional)	€ 0	€ 0
Total	€ 1.377.671	€ 1.377.671
Financiamento a fundo perdido	€ 0	€ 0
Reembolsável	€ 0	€ 0
Autofinanciamento	€ 1.377.671	€ 1.377.671
Total	€ 1.377.671	€ 1.377.671

Anexo 4 - Investimento acumulado previsto

	Resíduos	Total
Ativo fixo bruto em 31/12/2016	€ 9.922.412	€ 9.922.412
Amortizações acumuladas em 31/12/2016	€ 429.071	€ 429.071
Subsídios ao investimento por reconhecer em 31/12/2016	€ 0	€ 0
Investimento líquido de amortizações e subsídios em 31/12/2016	€ 9.493.341	€ 9.493.341
Ativo fixo bruto em 31/12/2017	€ 10.608.633	€ 10.608.633
Amortizações do exercício estimadas em 31/12/2017	€ 478.067	€ 478.067
Amortizações acumuladas estimadas em 31/12/2017	€ 907.138	€ 907.138
Subsídios ao investimento por reconhecer em 31/12/2017	€ 0	€ 0
Investimento líquido de amortizações e subsídios em 31/12/2017	€ 9.701.495	€ 9.701.495
Ativo fixo bruto em 31/12/2018	€ 11.300.083	€ 11.300.083
Amortizações do exercício estimadas em 31/12/2018	€ 527.437	€ 527.437
Amortizações acumuladas estimadas em 31/12/2018	€ 1.434.575	€ 1.434.575
Subsídios ao investimento por reconhecer em 31/12/2018	€ 0	€ 0
Investimento líquido de amortizações e subsídios em 31/12/2018	€ 9.865.508	€ 9.865.508


Anexo 5 - Encargos tarifários para o utilizador final doméstico

	2017	2018	Variação	Variação (%)
Encargo total anual - Consumo mensal de 5 m³	€ 55,38	€ 55,86	€ 0,48	0,86%
Encargo anual resíduos	€ 55,38	€ 55,86	€ 0,48	0,86%
Componente fixa	€ 34,27	€ 34,75	€ 0,48	1,39%
Componente variável	€ 21,11	€ 21,11	€ 0,00	0,00%
Encargo total anual - Consumo mensal de 10 m³	€ 76,49	€ 76,96	€ 0,48	0,62%
Encargo anual resíduos	€ 76,49	€ 76,96	€ 0,48	0,62%
Componente fixa	€ 34,27	€ 34,75	€ 0,48	1,39%
Componente variável	€ 42,22	€ 42,22	€ 0,00	0,00%
Encargo total anual - Consumo mensal de 15 m³	€ 97,60	€ 98,07	€ 0,48	0,49%
Encargo anual resíduos	€ 97,60	€ 98,07	€ 0,48	0,49%
Componente fixa	€ 34,27	€ 34,75	€ 0,48	1,39%
Componente variável	€ 63,32	€ 63,32	€ 0,00	0,00%

Anexo 6 - Acessibilidade económica
Acessibilidade Económica do Serviço em Babça

	2014	2015	2016	2017	2018
Resíduos	0,10%	0,12%	0,14%	0,15%	0,14%

Notas:

Este indicador é calculado de acordo com a metodologia definida no "Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores – 3.ª geração do sistema de avaliação".

ANEXO 2



Cabimento

Carimbo de Votação
(1)

REUNIÃO CMO	12/12/17
aprovada em	
União	
APROVADO EM MINUTA	
O Funcionário	Adela de

Proposta de Deliberação **n.º 831/2017**

Serviço: DGDO – Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional
Assunto: Tarifário aplicável à Atividade de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2018
EDOC N.º INT-CMO/2017/18105

Descrição da Ação:
Código do PDE:

Classificação da Despesa: _____
Responsável Económica Projeto Ano/Nº.

I - Introdução

O presente Tarifário, a aplicar à atividade de Gestão de Resíduos Urbanos na área geográfica do Concelho de Oeiras, vem dar cumprimento ao preceituado na legislação em vigor, designadamente, em matéria do regime jurídico das autarquias locais e do regime de financiamento previstos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, respetivamente.

Simultaneamente resulta da aplicação dos novos requisitos legais aprovados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), nos termos do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (adiante designado por RTSGRU), a que se refere a Deliberação n.º 928/2014 da aludida entidade, publicada a 15 de abril de 2014 no Diário da República n.º 74, 2.ª Série e, bem assim do Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras, publicado a 20 de março no Diário da República (2.ª Série – N.º 56), doravante designado por Regulamento do Serviço.

Pelo 4.º ano consecutivo, desde a publicação do RTSGRU, a estrutura tarifária, ora proposta para 2018, respeita o disposto nos primeiros 23 artigos da referida deliberação, tendo-se dado cumprimento aos requisitos legais requeridos em matéria de submissão à avaliação da Entidade Reguladora, a qual referiu no



respetivo Parecer que "(...)apraz-nos verificar que a estrutura tarifária prevista aplicar em 2018 pela CM Oeiras cumpre as principais disposições do Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos".

Por fim, importa referir que os proveitos provenientes da aplicação do tarifário ora proposto destinam-se a financiar a atividade de gestão de resíduos urbanos, designadamente, os custos com a recolha, transporte, tratamento e destino e reportam-se à componente faturada pelos SIMAS no âmbito da faturação do abastecimento de água e, bem assim, embora com menor expressão, dos Serviços Auxiliares prestados pela autarquia, entendidos, no RTSGRU, como sendo *"os serviços prestados pela entidade gestora, de carácter conexo com o serviço de gestão de resíduos urbanos, mas que, pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, são objeto de faturação específica."* Também a repercussão da Taxa de Gestão de Resíduos suportada deve ser repercutida nos utilizadores finais, nos termos legalmente estabelecidos e objeto de recomendação no Parecer da ERSAR.

II – Análise

Conforme tem sido prática, o Tarifário do Serviço de Gestão dos RU, para 2018, contempla as Tarifas a aplicar aos Utilizadores Domésticos e Não Domésticos em sede da faturação emitida pelos SIMAS, bem como as Tarifas aplicadas aos Serviços Auxiliares faturados pela autarquia.

Se por um lado, o primeiro tarifário foi elaborado tendo em consideração o disposto no RTSGRU, o tarifário aplicável aos Serviços Auxiliares respeita, por outro, a estrutura tarifária e respetivos valores previstos no Regulamento do Serviço. Atente-se que a estrutura tarifária da componente regulada faturada pelos SIMAS também se encontra vertida no referido regulamento.

Para efeito da definição do tarifário faturado pelos SIMAS foi utilizado como referência o ficheiro relativo à Formação do Tarifário para 2018, elaborado pela ERSAR, o qual, sendo de utilização obrigatória, foi refletido no documento de apoio à semelhança das estruturas dos utilizadores e dos consumos de água facultadas pelos SIMAS para as diferentes tipologias de utilizadores, incluindo os inerentes aos Tarifários



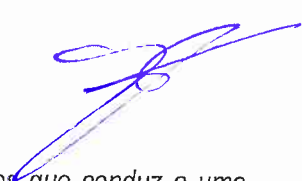
Sociais por grupo de utilizadores, naturalmente deduzidos dos indicadores previstos para os Grandes Produtores, a partir das quais foram efetuadas as projeções do n.º de contadores/utilizadores e do n.º de m³ de água consumida para o ano em apreço.

Não obstante a análise dos indicadores expectável por parte da entidade reguladora, em sede do respetivo Parecer, o Tarifário proposto para 2018 corresponde, na componente faturada pelos SIMAS, às tarifas em vigor em 2017, resultando na assunção de uma subsidiação da CMO (extra tarifas) que ultrapassa 1,2 milhões (informação projetada: custos = 11.312.321,84 €; proveitos provenientes das tarifas = 10.096.885,80 €).

Acresce referir que, mantendo-se a impossibilidade de medir ou pesar os resíduos urbanos recolhidos em território municipal, o Tarifário para 2017, tal como o atualmente em vigor, não contempla o Tarifário aplicável às Famílias Numerosas, pois a Tarifa Variável é, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, calculada por indexação ao consumo da água, ou seja, em euros por m³ de água consumida.

Finalmente, considera-se oportuno destacar algumas considerações que se depreendem ou constam do Parecer emitido pela ERSAR, a saber:

1. A análise do resumo dos indicadores aponta, respetivamente:
 - a) Para a melhoria do Grau de Cobertura do Gasto Total, o qual alterou de 0,70 em 2017 (insatisfatório) para 0,90, em 2018, permanecendo, ainda assim, insatisfatório;
 - b) Para a manutenção da apreciação sobre o Custo Unitário de Exploração, o qual se mantém insatisfatório não obstante a descida registada de 154,66 € em 2017 para 141,33 € em 2018;
 - c) Para a boa Acessibilidade Económica (0,14%), um nível similar ao previsto para 2017, então de 0,15%;
2. Reitera a análise atrás apresentada relativamente ao montante da subsidiação implícita a situar-se, desta feita, acima dos 1,2 milhões de euros, conforme acima referido.
3. A título de conclusão releva, respetivamente, o seguinte:

- 
- a) *"A CM de Oeiras propõe um tarifário para o serviço de resíduos urbanos que conduz a uma cobertura dos gastos por via tarifária insuficiente devendo promover a melhoria deste indicador, em cenário de eficiência produtiva, de forma a assegurar a sustentabilidade do serviço."*
- b) *"A melhoria da cobertura dos gastos pode ser obtida através de um aumento tarifário até ao limite em que o indicador da acessibilidade económica não é comprometido (vide Anexo "Bandas de referência"), embora, atendendo aos elevados custos unitários de exploração, a CM de Oeiras possa igualmente tomar medidas que reduzam os gastos decorrentes de ineficiências no âmbito do serviço de gestão de resíduos urbanos, de forma a não penalizar os utilizadores;"*
- c) *"A CM de Oeiras deve evidenciar nos tarifários a aprovar, bem como nas faturas a emitir, o valor das tarifas variáveis e da TGR de forma separada."*
4. Considera, no âmbito da Estrutura Tarifária, que *"Sem prejuízo das observações efetuadas, apraz-nos verificar que a estrutura tarifária prevista aplicar em 2018 pela CM Oeiras cumpre as principais disposições do Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos(...)"*.

A propósito da alínea c do n.º 3, não obstante a proposta inicial apresentada na Formação do Tarifário para 2018, submetida a Parecer a 31 de outubro, apontar para a aplicação de igual pressuposto ao de anos anteriores, ou seja, a Tarifa Variável incluiria a TGR (Taxa de Gestão de Resíduos), propõe-se que seja acolhida a recomendação da ERSAR, dando cumprimento aos requisitos legais em vigor plasmados no Parecer elaborado por esta entidade.

Nessa perspetiva, desconhecendo-se, em concreto, qual o n.º de toneladas de resíduos que serão encaminhadas para destino final pelo Município de Oeiras durante o ano 2018, realizou-se o exercício para apuramento da TGR, tendo como pressuposto a aplicação do valor máximo previsto no n.º 2 do artigo 58.º da Lei N.º 82-D/2014, de 31 de dezembro (8,8 € por t/resíduos) que, nos termos da alínea a) do n.º 3 do mesmo artigo, é aplicável, por tonelada, aos resíduos depositados em aterro.

Assim sendo, no sentido de fundamentar esta proposta, pós Parecer, apresenta-se o quadro que sistematiza os requisitos de cálculo da TGR, nos termos atrás descritos e, bem assim, o impacto financeiro

provocado nas contas dos utilizadores finais, o qual deve ser acrescido ao exercício atrás apresentado para o Tarifário de 2018.

Valor da TGR para 2018 (€/t Resíduos) 1)	8,80 €
N.º de Toneladas previsto para 2018	72.621
Valor total suportado previsto para 2018	639.064,80 €
N.º de m³ (base de Cálculo da Tarifa Variável) 1)	11.754.740
Valor TGR por Utilizador Doméstico e Não Doméstico (€/m³)	0,0544 €

NOTA:

1) Valor Unitário previsto no n.º 2 do artigo 58.º da Lei N.º 82-D/2014, de 31 de dezembro de 2014.

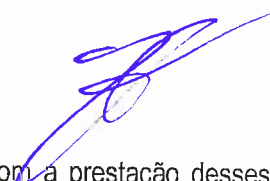
A Taxa de Gestão de Resíduos é comum a todos os utilizadores finais.

Tal como as Tarifas RU a TGR deve ser isenta de IVA

	TGR
Impacto financeiro anual TGR nas contas dos utilizadores finais	
* Consumo 60 m³ (5 m³ / mês)	3,2620 €
* Consumo 120 m³ (10 m³ / mês)	6,5240 €
* Consumo 180 m³ (15 m³ / mês)	9,7860 €
Impacto financeiro mensal TGR nas contas dos utilizadores finais	
* Consumo 5 m³	0,2718 €
* Consumo 10 m³	0,5437 €
* Consumo 15 m³	0,8155 €

III - Fundamentação Legal e/ou Regulamentar

1. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determina, na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º, que compete à Câmara Municipal *fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras.*
2. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, relativa ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece, no seu artigo 21.º, os requisitos legais subjacentes aos preços a fixar e a praticar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta, não



devendo esses ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens.

3. O n.º 2 do mesmo artigo estabelece que *os custos suportados são medidos em situação de eficiência produtiva e, quando aplicável, de acordo com as normas do regulamento tarifário em vigor.*
4. A lei n.º 10/2014, de 6 de março, aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), constituindo atribuição desta entidade, entre outras (plasmadas no artigo 5.º), em matéria de regulação comportamental económica, as seguintes, integrantes, respetivamente, nas alíneas b) e c) do número 3:
 - a. *Regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas nos sistemas de titularidade municipal, qualquer que seja o modelo de gestão, nos termos definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis;*
 - b. *Emitir recomendações sobre a conformidade dos tarifários dos sistemas municipais com o estabelecido no regulamento tarifário e demais legislação aplicável, bem como fiscalizar e sancionar o seu incumprimento;*
5. O Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), publicado no Diário da República, 2.ª Série – n.º 74, de 15 de abril de 2014, a que se refere a Deliberação n.º 928/2014 da ERSAR, estabelece, nos termos do seu artigo 1.º, as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação das entidades por ele abrangidas.
6. A proposta do Modelo de Tarifário para 2018 foi submetida no prazo regulamentar para o efeito (dia 31 de outubro de 2017), e foi elaborada por aplicação dos primeiros 23 artigos do aludido regulamento (com caráter vinculativo).
7. A Formação do Tarifário para 2018, submetida dessa feita, foi objeto de Parecer da Entidade Reguladora, o qual, sendo prévio à aprovação pelo Órgão Executivo, constitui em conjunto com o presente documento um elemento de apoio à deliberação dando cumprimento ao previsto no artigo 21.º, n.º 7, da Lei N.º 73/2013, de 3 de setembro.
8. Por aplicação do teor do Título III do RTSGRU, relativo à incidência e estrutura tarifária, nomeadamente, o constante no artigo 20.º, que define as regras de aplicação da tarifa variável do serviço de gestão de resíduos urbanos, a metodologia utilizável ao cálculo da tarifa variável no Município de Oeiras é a



referida na alínea c) do n.º 1, ou seja, a Tarifa Variável dos RU é indexada ao consumo da água por não existir medição direta do peso ou volume de resíduos urbanos produzidos (euros/m³ de água consumida).

9. Decorre da metodologia aplicável ao cálculo da Tarifa Variável, referida no ponto anterior, a impossibilidade de aplicação de Tarifário para Famílias Numerosas no município nos termos do n.º 1 do artigo 23.º, o qual estabelece que este tarifário, em particular, apenas será aplicável quando seja adotada a metodologia prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º. Entenda-se que o referido requisito legal tem subjacente a utilização de metodologias vulgarmente designadas por PAYT¹, sendo possível a aplicação de diferentes escalões aos utilizadores domésticos em função do volume de resíduos produzidos e medidos.
10. Ao abrigo do n.º 2 do artigo 21.º a diferenciação tarifária consubstancia-se pela aplicação de tarifas distintas de disponibilidade (componente fixa) e variável aos serviços de resíduos consoante se trate de utilizadores domésticos ou não domésticos.
11. Os tarifários sociais aplicáveis encontram-se previstos no artigo 22.º, respetivamente:
 - a. Alínea a) do n.º 1) - utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema da segurança social, através da isenção das tarifas de disponibilidade;
 - b. Alínea b) do n.º 1 - utilizadores não domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública, através da aplicação das tarifas (de disponibilidade e variável) aplicáveis aos utilizadores domésticos.
12. Para efeitos da alínea a) do ponto 11, considera-se, ao abrigo do n.º 2 do artigo 22.º, carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:
 - a. Complemento Solidário para Idosos;
 - b. Rendimento Social de Inserção;
 - c. Subsídio Social de Desemprego;
 - d. 1.º Escalão do Abono de Família;
 - e. Pensão Social de Invalidez.

¹ PAYT – acrónimo de “Pay-As-you-Throw” que, traduzido à letra corresponde a “pague em função do que rejeita” (alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º do RTSGRU).



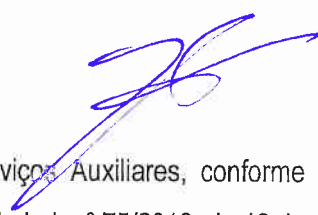
13. Nos termos do artigo 93.º, relativo ao regime transitório de aprovação de tarifas dos sistemas municipais em regime de gestão direta, as entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta dispõem de um prazo de cinco anos contados da publicação do referido regulamento para fazer cumprir as regras constantes da secção II do capítulo III do título IV, devendo ser definida para esse efeito uma trajetória de convergência tarifária.
14. O Regulamento do Serviço de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene do Município de Oeiras, doravante no documento em apreço designado por Regulamento do Serviço, publicado no Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017 (objeto da Declaração de Retificação n.º 463/2017²), elaborado em resposta ao disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei N.º 194/2009, de 20 de agosto, designadamente, o constante no Capítulo V, relativo à Estrutura Tarifária e Faturação dos Serviços.
15. A Lei N.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, relativa, designadamente, ao enquadramento e aplicação da TGR.

IV - Proposta

Em face do exposto propõe-se ao Órgão Executivo que:

1. Aprove, por aplicação da legislação em vigor nomeadamente a atrás referida, a alteração do tarifário em vigor, publicitado no Edital n.º 364/2016 de 15 de dezembro e respetivo enquadramento, pelo Tarifário para 2018 submetido à ERSAR e objeto de Parecer, nos termos e em conformidade com a comunicação desta entidade que junto se anexa (sua Referência: O-010227/2017, de 4 de dezembro);
2. Aprove a estrutura tarifária submetida no âmbito da Formação do Tarifário para 2018, nos moldes então propostos, acrescida do valor acima proposto para a TGR (0,0544 € / m³), acolhendo a recomendação da ERSAR efetuada em sede do referido Parecer, a qual aponta para a necessidade de dar *"cumprimento do disposto no artigo 18.º da Deliberação N.º 928/2014, publicada na 2.ª Série do Diário da República, de 15 de abril de 2014, que aprova o Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos."*
3. Após tal aprovação, se proceda à publicitação da estrutura do "Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos" para o Município de Oeiras, para o ano 2018, respetivas Tarifas de Disponibilidade

² Publicada em Diário da República, 2.ª Série - N.º 135, de 14 de julho de 2017.



e Variável, do Tarifário Social, bem como do Tarifário aplicável aos ~~Serviços~~ Auxiliares, conforme matrizes que se apresentam, dando cumprimento ao disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente, através de Edital.

Município de Oeiras
Tarifário de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2018
(Faturação pelos SIMAS)



Descrição	Tarifário 2018		Requisitos Enquadramento Legal
	Tarifa Disponibilidade Diária /por cliente	Tarifa Variável por m3 de água consumida	
Tarifário Normal			
Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Artigo 21.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), publicado a 15 de abril de 2014 (Diário da República n.º 74 – 2.ª Série), relativo às Diferenciações Tarifárias
Não Doméstico	0,3255 €	0,9923 €	
Tarifário Social			
Doméstico	Isento	0,3518 €	Isenção da tarifa disponibilidade aos utilizadores domésticos quando se encontrem em situação de carência económica, comprovada pelo sistema de segurança social, conforme alínea a) do n.º 1, n.º 2 e n.º 3 do artigo 22.º do RTSGRU e alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 66.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras
Não Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável aplicáveis aos utilizadores domésticos exclusivamente a pessoas coletivas de declarada utilidade pública, conforme alínea b) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 22.º do RTSGRU e alínea b) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 66.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras
Conforme Formação de Tarifário para 2018 objeto de Parecer pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (sua comunicação de 4 de dezembro de 2017 sua referência: O-010227/2017)			

Nota:

Nos termos do n.º 2 do artigo 22.º relativo aos Tarifários Sociais do RTSGRU (com correspondência à alínea a) do n.º 1 do artigo 66.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras), considera-se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:

- a) Complemento Solidário para Idosos;
- b) Rendimento Social de Inserção;
- c) Subsídio Social de Desemprego;
- d) 1.º Escalão do Abono de Família;
- e) Pensão Social de Invalidez

Nos termos do Parecer da ERSAR (sua comunicação acima referida), o Tarifário a aprovar e as faturas a emitir devem evidenciar de forma clara os valores unitários das Tarifas Variáveis e da TGR (linhas separadas), dando cumprimento ao disposto no artigo 18.º da Deliberação N.º 928/2014, de 15 de abril (acima referenciado como RTSGRU).

A Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos (TGR), no valor de 0,0544 € / m³ é aplicável a todos os utilizadores finais (incluindo os beneficiários de Tarifários Sociais) e, tal como as Tarifas RU (Disponibilidade e Variável), é isenta de IVA.



Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada 2018

Serviços Auxiliares - Utilização de Recursos Ordinários (SARO) e Recursos Humanos Extraordinários (SARHE)

Código				Serviços / Utilização de recursos	Unidade	Valores
						Sem IVA
						1)
1.				Utilização de Recursos Ordinários (RO)		
1.	1.			Componente Fixa (RO) 2)	Unidade	47,9362
1.	2.			Componente Variável		
1.	2.	1.		Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM)	Km	0,9264
1.	2.	2.		Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM)	Km	0,4632
1.	2.	3.		Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional)	Hora	16,8434
1.	2.	4.		Assistente Operacional	Hora	16,8434
1.	2.	5.		Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro	Tonelada	
1.	2.	5.	1.	Utilizadores Domésticos	Tonelada	14,9959
1.	2.	5.	2.	Utilizadores Não Domésticos	Tonelada	29,9918
1.	2.	5.	3.	Grandes Produtores	Tonelada	59,9836
2.				Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)		
2.	1.			Componente Fixa (RHE) 3)	Unidade	Isento
2.	2.			Componente Variável		
2.	2.	1.		Pedido de mão de Obra	Unidade / Hora	16,8434

Notas:

1) IVA à taxa reduzida legal em vigor sobre a totalidade do serviço.

2) **Componente Fixa (RO)** - Isenção do pagamento sempre que o adjudicatário (Doméstico ou Não Doméstico) tiver ativo um contrato de abastecimento de água com os SIMAS, sendo exigível a apresentação da última fatura, cuja morada deve ser coincidente com a de realização do serviço (n.º 6 do artigo 64.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras).

No caso de ser grande produtor, cliente do Município de Oeiras do serviço de recolha de resíduos urbanos, fica igualmente isento na medida em que suporta o pagamento da componente fixa mensalmente no âmbito da execução do contrato. Para beneficiar desta isenção deve ser apresentada a última fatura emitida pelo MO, devendo a morada ser coincidente com a do local de realização do serviço auxiliar.

3) **Componente Fixa (RHE)** - Esta componente é igualmente objeto de isenção quando estiver associada à utilização de Recursos Humanos Extraordinários, complementarmente aos obrigatórios, por se considerar que a correspondente de Recursos Ordinários já tem subjacente uma Componente Fixa, ainda que, por aplicação do disposto no regulamento, tenha havido lugar a isenção.

A presente Estrutura Tarifária não dispensa a leitura da respetiva Fundamentação Económica e Financeira e do referido regulamento sempre que tal se revelar necessário.

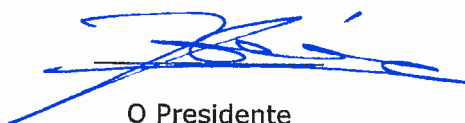
Nos termos do Parecer da ERSAR (sua comunicação acima referida), o Tarifário a aprovar e as faturas a emitir devem evidenciar de forma clara o valor da TGR dando cumprimento ao disposto no artigo 18.º da Deliberação N.º 928/2014, de 15 de abril.

A Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos (TGR), no valor de 0,0544 €/tonelada é aplicável a todos os utilizadores dos Serviços Auxiliares (com correspondência aos códigos 1.2.5., conforme estrutura supra).

V – Anexos

Anexo 1: Comunicação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) de 4 de dezembro de 2017, sua referência: O-010227/2017, relativa ao Parecer sobre o Tarifário dos Serviços de Resíduos para 2018 do Município de Oeiras.

Anexo 2: Informação do DGDO\DGF\UPOC n.º 18102/2017.



O Presidente
Isaltino Morais

Oeiras, 7 de dezembro de 2017

INFORMAÇÃO N.º INT-CMO/2017/18102

Assunto: Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos 2018 - Proposta

I. Enquadramento:

1. A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determina, na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º, que compete à Câmara Municipal *fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras.*
2. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, relativa ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece, no seu artigo 21.º, os requisitos legais subjacentes aos preços a fixar e a praticar pelos municípios, relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta, não devendo esses ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens.
3. O n.º 2 do mesmo artigo estabelece que *os custos suportados são medidos em situação de eficiência produtiva e, quando aplicável, de acordo com as normas do regulamento tarifário em vigor.*
4. A lei n.º 10/2014, de 6 de março, aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), constituindo atribuição desta entidade, entre outras (plasmadas no artigo 5.º), em matéria de regulação comportamental económica, as seguintes, integrantes, respetivamente, nas alíneas b) e c) do número 3:
 - a. *Regulamentar, avaliar e auditar a fixação e aplicação de tarifas nos sistemas de titularidade municipal, qualquer que seja o modelo de gestão, nos termos definidos na legislação e na regulamentação aplicáveis;*
 - b. *Emitir recomendações sobre a conformidade dos tarifários dos sistemas municipais com o estabelecido no regulamento tarifário e demais legislação aplicável, bem como fiscalizar e sancionar o seu incumprimento;*
5. O Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), publicado no Diário da República, 2.ª Série – n.º 74, de 15 de abril de 2014, a que se refere a Deliberação n.º 928/2014 da ERSAR, estabelece, nos termos do seu artigo 1.º, as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação das entidades por ele abrangidas.
6. A proposta do Modelo de Tarifário para 2018 foi submetida no prazo regulamentar para o efeito (dia 31 de outubro de 2017), e foi elaborada por aplicação dos primeiros 23 artigos do aludido regulamento (com carácter vinculativo).
7. A Formação do Tarifário para 2018, submetida dessa feita, foi objeto de Parecer da Entidade Reguladora, o qual, sendo prévio à aprovação pelo Órgão Executivo, constitui em conjunto com o presente documento um elemento de apoio à deliberação dando cumprimento ao previsto no artigo 21.º, n.º 7, da Lei N.º 73/2013, de 3 de setembro.
8. Por aplicação do teor do Título III do RTSGRU, relativo à incidência e estrutura tarifária, nomeadamente, o constante no artigo 20.º, que define as regras de aplicação da tarifa variável do serviço de gestão de resíduos urbanos, a metodologia utilizável ao cálculo da tarifa variável no Município de Oeiras é a referida na alínea c) do n.º 1, ou seja, a Tarifa Variável dos



RU é indexada ao consumo da água por não existir medição direta do peso ou volume de resíduos urbanos produzidos (euros/m³ de água consumida).

9. Decorre da metodologia aplicável ao cálculo da Tarifa Variável, referida no ponto anterior, a impossibilidade de aplicação de Tarifário para Famílias Numerosas no município nos termos do n.º 1 do artigo 23.º, o qual estabelece que este tarifário, em particular, apenas será aplicável quando seja adotada a metodologia prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º. Entenda-se que o referido requisito legal tem subjacente a utilização de metodologias vulgarmente designadas por PAYT¹, sendo possível a aplicação de diferentes escalões aos utilizadores domésticos em função do volume de resíduos produzidos e medidos.
10. Ao abrigo do n.º 2 do artigo 21.º a diferenciação tarifária consubstancia-se pela aplicação de tarifas distintas de disponibilidade (componente fixa) e variável aos serviços de resíduos consoante se trate de utilizadores domésticos ou não domésticos.
11. Os tarifários sociais aplicáveis encontram-se previstos no artigo 22.º, respetivamente:
 - a. Alínea a) do n.º 1) - utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema da segurança social, através da isenção das tarifas de disponibilidade;
 - b. Alínea b) do n.º 1 - utilizadores não domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública, através da aplicação das tarifas (de disponibilidade e variável) aplicáveis aos utilizadores domésticos.
12. Para efeitos da alínea a) do ponto 11, considera-se, ao abrigo do n.º 2 do artigo 22.º, carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:
 - a. Complemento Solidário para Idosos;
 - b. Rendimento Social de Inserção;
 - c. Subsídio Social de Desemprego;
 - d. 1.º Escalão do Abono de Família;
 - e. Pensão Social de Invalidez.
13. Nos termos do artigo 93.º, relativo ao regime transitório de aprovação de tarifas dos sistemas municipais em regime de gestão direta, as entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta dispõem de um prazo de cinco anos contados da publicação do referido regulamento para fazer cumprir as regras constantes da secção II do capítulo III do título IV, devendo ser definida para esse efeito uma trajetória de convergência tarifária.
14. O Regulamento do Serviço de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene do Município de Oeiras, doravante no documento em apreço designado por Regulamento do Serviço, publicado no Diário da República, 2.ª Série - N.º 56, de 20 de março de 2017 (objeto da Declaração de Retificação n.º 463/2017²), elaborado em resposta ao disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei N.º 194/2009, de 20 de agosto, designadamente, o constante no Capítulo V, relativo à Estrutura Tarifária e Faturação dos Serviços.
15. A Lei N.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, relativa, designadamente, ao enquadramento e aplicação da TGR.

¹ PAYT – acrónimo de “Pay-As-you-Throw” que, traduzido à letra corresponde a “pague em função do que rejeita” (alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º do RTSGRU).

² Publicada em Diário da República, 2.ª Série – N.º 135, de 14 de julho de 2017.



II. Metodologia:

Nos termos das Instruções que constam do ficheiro da ERSAR para importação da Formação do Tarifário para 2018, a efetuar no Portal, as entidades gestoras devem, *“por princípio, preencher integralmente as folhas de forma coerente com a informação constante dos reportes de contas de anos transatos...”*. Inclui-se, nesta matéria, a manutenção dos critérios de repartição utilizados para efeito do apuramento dos Custos Indiretos e Custos Comuns, no caso, os utilizados em sede do Reporte de Contas de 2016, último reporte apresentado e validado após auditoria efetuada pela PWC (Pricewaterhouse Coopers & Associados) em junho último.

Em matéria de Proveitos RU, subentende-se que, a partir da folha correspondente no ficheiro de importação, deverá ser possível apurar os proveitos a gerar por esse serviço, em 2018, a partir do tarifário proposto, ao utilizador final, e nas quantidades previstas para efeito de faturação (n.º de contratos e n.º de m³ de água consumida como base de aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa variável, respetivamente).

Nos termos do artigo 18.º do Regulamento Tarifário acima referido, relativo à Estrutura Tarifária e vertido no artigo 63.º do Regulamento do Serviço, são faturadas aos utilizadores pela prestação do serviço de gestão de resíduos urbanos, respetivamente:

1. A tarifa de disponibilidade, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias;
2. A tarifa variável, devida em função da quantidade de resíduos recolhidos durante o período objeto de faturação e expressa em euros por m³ de água consumida;
3. As tarifas de serviços auxiliares, devidas por cada serviço prestado e em função da unidade correspondente;
4. O montante correspondente à repercussão do encargo suportado pela entidade gestora relativo à Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos (TGR), nos termos da legislação aplicável.

Considerando que em 2018 se propõe, no âmbito do presente documento, a manutenção das tarifas de 2017, entende-se que a TGR integra, tal como nos tarifários anteriores (desde 1 de janeiro de 2015), a Tarifa Variável e, como tal, não foi objeto de desagregação na folha do ficheiro da ERSAR correspondente aos Proveitos Tarifários RU – TUF³.

Considerando que o produto dos proveitos do último triénio (2015-2017) resulta da aplicação de um novo modelo tarifário que, assente na prática de tarifas únicas (disponibilidade e variável), consubstancia-se numa estrutura totalmente diferente da até então praticada, considera-se relevante manter a análise da estrutura dos proveitos provenientes da faturação emitida pelos SIMAS para o Concelho de Oeiras, não obstante não ter sido possível a esta entidade facultar a informação que seria desejável

³ RU – TUF – Resíduos Urbanos – Tarifário ao Utilizador Final.

por tipo de tarifa e tipo de utilizador, incluindo a inerente aos tarifários sociais, relativamente aos proveitos registados no período tido como referência.

Como tal, apesar da estrutura que a seguir se apresenta, contemplar a execução deste agregado de proveitos desde 2011, procedeu-se no contexto do presente trabalho à análise dos proveitos registados em 2015 e 2016, bem como, ao tratamento da informação necessária à previsão de fecho do exercício de 2017 e à projeção dos agregados de proveitos e de custos para 2018 a partir da informação disponível.

A previsão dos proveitos para 2017 suportou-se na recolha e sistematização da informação relativa à arrecadação dos montantes apurados e transferidos para a autarquia, pelos SIMAS, relativos aos primeiros oito meses de 2017 e, simultaneamente, face aos dois anos de histórico de aplicação do novo modelo tarifário, considerou-se que a projeção dos últimos 4 meses de 2017 registaria, em cada mês, um nível de arrecadação similar à média aritmética da execução do mês homólogo de 2015 e 2016, conforme ilustra a estrutura que se apresenta de seguida.

Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos
Análise da execução da receita proveniente da faturação SIMAS, sobre a qual incide o Tarifário em vigor*
Preços Correntes

Apuramentos	Anos Encerrados												Execução até 30 set.	Est. %	Var. 2017/2016	
	2011	Est. %	2012	Est. %	2013	Est. %	2014	Est. %	2015	Est. %	2016	Est. %	2017**		V.A.	%
Janeiro	184.190,56	5,2	306.875,79	5,1	558.643,99	9,2	603.646,69	10,1	494.734,73	8,1	505.016,19	6,2	548.293,10	7,0	43.276,91	8,7
Fevereiro	195.750,80	5,5	423.088,29	7,1	469.325,76	7,7	413.025,06	6,9	333.072,48	5,5	215.200,07	2,7	447.334,61	5,7	232.134,54	69,7
Março	237.522,66	6,7	578.600,20	9,7	522.591,73	8,6	480.932,65	8,1	562.652,80	9,2	667.328,99	8,2	590.714,57	7,5	-76.614,42	-13,6
Abril	286.040,97	8,1	444.457,87	7,4	490.887,74	8,1	363.902,45	6,4	330.147,43	5,4	468.494,82	5,8	938.030,89	11,9	469.536,07	142,2
Mai	319.717,63	9,0	569.903,80	9,5	517.051,11	8,5	512.777,99	8,6	636.150,52	10,5	1.034.592,05	12,8	609.136,49	7,7	-425.455,56	-66,9
Junho	382.741,77	10,8	546.825,54	9,1	415.276,01	6,8	306.863,98	5,1	582.509,99	9,6	818.661,83	10,1	733.134,53	9,3	-85.527,30	-14,7
Subtotal - 1º Semestre	1.605.964,39	45,3	2.869.751,49	48,0	2.973.776,34	48,9	2.701.148,82	45,3	2.939.267,95	48,3	3.709.293,95	45,8	3.866.644,19	49,2	157.350,24	5,4
Julho	312.483,03	8,8	573.444,44	9,6	442.491,67	7,3	360.108,94	6,0	411.892,38	6,8	377.987,57	4,7	431.765,22	5,5	53.777,65	13,1
Agosto	334.870,01	9,4	567.243,93	9,5	652.145,87	10,7	348.808,16	5,9	539.301,55	8,9	1.131.440,61	14,0	1.032.008,58	13,1	-99.432,03	-18,4
Setembro	305.976,40	8,6	463.187,51	7,7	513.788,08	8,5	818.356,96	13,7	611.157,19	10,0	726.198,37	9,0	668.677,78	8,5	-57.520,59	-9,4
Outubro	314.250,13	8,9	650.534,05	10,9	585.652,34	9,6	574.614,18	9,6	521.902,41	8,6	411.065,28	5,1	466.483,85	5,9	55.418,57	10,6
Novembro	318.285,69	9,0	504.150,75	8,4	490.237,03	8,1	541.582,82	9,1	305.902,91	5,0	950.480,34	11,7	626.191,63	8,0	-322.288,72	-105,4
Dezembro	353.033,19	10,0	351.819,05	5,9	421.351,61	6,9	616.609,74	10,3	757.235,91	12,4	787.524,13	9,7	772.380,02	9,8	-15.144,11	-2,0
Subtotal - 2º Semestre	1.938.898,45	54,7	3.110.379,73	52,0	3.105.666,60	51,1	3.260.080,80	54,7	3.147.392,35	51,7	4.384.696,30	54,2	3.999.507,07	50,8	-385.189,23	-12,2
Total Geral	3.544.862,84	100,0	5.980.131,22	100,0	6.079.442,94	100,0	5.961.229,62	100,0	6.086.660,30	100,0	8.093.990,25	100,0	7.866.151,26	100,0	-227.838,99	-3,7

Variação	2012/2011		2013/2012		2014/2013		2015/2014		2016/2015		2017/2016	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
	2.435.268,38	68,7	99.311,72	1,7	-118.213,32	-1,9	125.430,68	2,1	2.007.329,95	33,0	-227.838,99	-2,8

Fonte: Consulta das Guias Emitidas no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano encerrado. Foram igualmente consultadas todas as Guias para aferir qual o período de apuramento e realizado o cruzamento com a informação da Conta de Proveitos (701207020902 - Resíduos Sólidos). Em 2017 foi consultado, na aplicação Fly Light, o extrato dos SIMAS através da consulta de terceiros / receita para o período de 1 de janeiro a 26 de outubro.

Tratamento UPOC

NOTAS

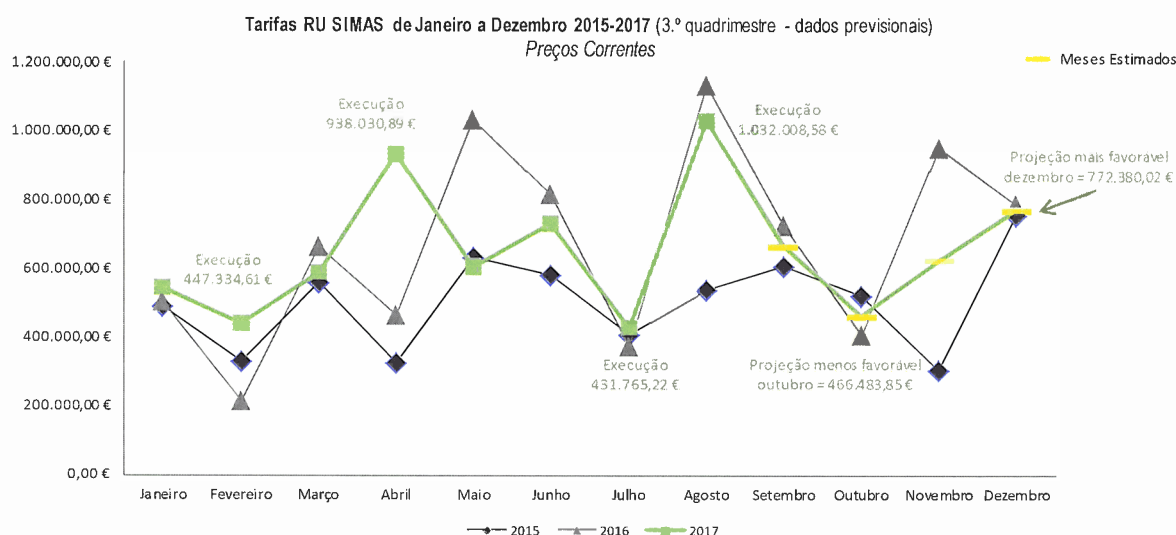
* O Tarifário em vigor, tratado na presente estrutura, não contempla os Serviços Auxiliares na medida em que estes são prestados pelo Município de Oeiras

** Os valores de 2017 reportam-se à execução dos primeiros 8 meses e à previsão do último quadrimestre.

A receita relativa ao mês de dezembro de cada ano encontra-se registada no início do ano seguinte.

Apenas os anos de 2012 e 2015 apresentam alterações mais expressivas ao Tarifário aplicável à atividade de Gestão de Resíduos Sólidos, sendo de relevar que, em 2015 e anos seguintes, o Modelo aplicável está em conformidade com o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado a 15 de abril de 2014 (Deliberação n.º 928/2014, da ERSAR), parte do qual vertido no Regulamento do Serviço do Município de Oeiras. Por aplicação do novo modelo tarifário apenas o ano 2016, face a 2015, apresentou alteração do valor das tarifas, tendo em vista a cobertura dos gastos totais da atividade por essa via, nos termos da legislação aplicável.

Note-se que na sequência da entrada nos cofres da autarquia do valor das tarifas do mês de setembro (após Formação do Tarifário), no valor de 586.356,14 € (no quadro valor estimado), regista-se uma variação negativa da ordem dos 12% face à previsão efetuada, o que a manter igual comportamento às restantes previsões (outubro, novembro e dezembro), resulta na revisão, para baixo, dos proveitos do 2.º semestre, os quais se prevê venham a ultrapassar, desta feita, os 3,6 milhões de euros, apresentando o ano 2017, no seu cômputo, um crescimento negativo previsto em cerca de 7 pontos percentuais (-540.015,84 €), quando comparado com o ano anterior.



Fonte: TAX Guias de receita emitidas entre 2015 e 2016 e FlyLight execução de janeiro a agosto (3.º quadrimestre - dados previsionais).
Tratamento UPOC.

Concomitantemente, a análise gráfica da informação do quadro supra, relativa à execução mensal (2015, 2016 e 8 meses de 2017) e projeção (3.º quadrimestre de 2017) dos proveitos, evidencia:

- A aplicação do mesmo modelo tarifário à atividade de gestão de resíduos urbanos, construído nos termos da Deliberação N.º 928/2014, de 15 abril da ERSAR e do Regulamento do Serviço;
- A aplicação de dois tarifários diferentes no triénio em apreço, respetivamente, em 2015 e 2016, este último também extensível a 2017, perceptível pelo comportamento apresentado pelas respetivas linhas que, não obstante algumas divergências pontuais, apresentam um comportamento similar no último biénio;
- A existência de dois picos, em 2017, nos meses de abril e agosto, os quais ultrapassaram, respetivamente, 938 mil e 1,032 milhões de euros que se poderá dever, designadamente, a diferentes níveis de consumo/faturação do serviço de abastecimento de água (AA), base utilizada para o cálculo da Tarifa Variável, em qualquer dos casos com níveis de

execução inferiores aos registados nos dois picos mais expressivos de 2016, desta feita, em maio (mais de 1,034 milhões de euros) e agosto (mais de 1,131 milhões);

- A projeção do último quadrimestre, realizada nos termos atrás apresentados, procurou acautelar o princípio da prudência na medida em que se desconhece, designadamente, o impacto financeiro nos proveitos da não aplicação na faturação dos serviços de água das tarifas RU aos Grandes Produtores que, nos termos do Regulamento do Serviço, se venham a recensear e a formalizar tal direito junto do Município de Oeiras e dos SIMAS, respetivamente.

Complementarmente, constituindo tal informação um imperativo subjacente à Formação do Tarifário para 2018, recorreu-se ao número de utilizadores (janeiro a setembro de 2017) e ao número de m³ de água consumida, por tipo de utilizador - Doméstico e Não Doméstico, incluindo os aplicáveis aos Tarifários Sociais, para o Concelho de Oeiras, facultados pelos SIMAS em outubro último, cuja sistematização se apresenta no quadro que se segue.

Quadro síntese de apuramento do consumo de m³ de água estimado para 2018, por tipo de utilizador

N.º m3 água Consumida	Execução 2017	Previsão de fecho 2017	Total 2017	Projeção 2018 (inicial)	Grandes Produtores*	Projeção 2018 (final)
Total Domésticos	5.932.178	1.965.111	7.897.289	8.069.949	17.491	8.052.458
Tarifário Social	61.257	20.490	81.747	98.096		98.096
Tarifário Normal	5.870.921	1.944.621	7.815.542	7.971.853	17.491	7.954.362
Total Não Domésticos	2.850.803	714.204	3.565.007	4.278.008	575.727	3.702.282
Tarifário Social	251.529	78.291	329.820	395.784		395.784
Tarifário Normal	2.599.274	635.913	3.235.187	3.882.224	575.727	3.306.498
Total Geral	8.782.981	2.679.315	11.462.296	12.347.958	593.218	11.754.740

Fonte: Mail SIMAS de 12 de outubro de 2017.
Tratamento UPOC.

Notas:

*Similar à considerada em 2016 para o Tarifário de 2017. A manutenção de igual pressuposto resulta, nomeadamente, do reduzido n.º de Grandes Produtores recenseados à data da Formação do presente Tarifário.

A propósito desta estrutura importa salientar o seguinte:

- A não aplicabilidade das Tarifas RU na faturação dos SIMAS aos utilizadores não domésticos que, nos termos previstos no Regulamento do Serviço tenham sido ou venham, em sede do processo de recenseamento, a ser considerados Grandes Produtores⁴, exige, no âmbito do Tarifário de 2018, uma projeção do impacto que este requisito possa ter sobre os vários indicadores, naturalmente, com consequências nas contas da atividade em apreço;

⁴ Com produção média diária de resíduos urbanos igual ou superior aos 1100 litros.

- Por aplicação do referido no ponto anterior, apurou-se, em face da informação disponível, uma estimativa dos m³ que virão a ser deduzidos aos estimados para 2018 ao nível dos utilizadores não domésticos (domésticos apenas os Grandes Produtores correspondentes a condomínios);
- A *Projeção Inicial dos m³ para 2018* corresponde à informação dada pelos SIMAS nessa matéria;
- A *Projeção Final dos m³ para 2018* resulta, por seu turno, da dedução aos apurados no âmbito do ponto anterior dos m³ projetados para utilizadores domésticos e não domésticos que se prevê venham a ser Grandes Produtores, por aplicação do referido normativo, tendo por base, naturalmente, a informação disponível.

Paralelamente, para efeito do apuramento da tarifa de disponibilidade (ou fixa), igualmente faturada pelos SIMAS, foi por estes facultado o número de contadores/utilizadores, por tipologia, e também, por analogia aos m³ de água consumida, foram deduzidos os indicadores relativos aos utilizadores domésticos e não domésticos que, se perspetiva, venham a ser considerados Grandes Produtores, conforme sistematizado de seguida.

Quadro síntese de apuramento do número de utilizadores (contadores) estimado para 2018, por tipo de utilizador

N.º de Utilizadores	Execução 2017	Previsão de fecho 2017	Total 2017	Projeção 2018 (inicial)	Grandes Produtores*	Projeção 2018 (final)
Total Domésticos	86.287	0	86.287	88.109	32	88.077
Tarifário Social	1.371	0	1.371	1.494		1.494
Tarifário Normal	84.916	0	84.916	86.614	32	86.582
Total Não Domésticos	7.618	0	7.618	7.546	294	7.252
Tarifário Social	348	0	348	348		348
Tarifário Normal	7.270	0	7.270	7.198	294	6.904
Total Geral	93.905	0	93.905	95.655	326	95.328

Fonte: Mail SIMAS de 12 de outubro de 2017.
Tratamento UPOC.

Notas:

*Similar à considerada em 2016 para o Tarifário de 2017. A manutenção de igual pressuposto resulta, nomeadamente, do reduzido n.º de Grandes Produtores recenseados à data da Formação do presente Tarifário.

Sobre este quadro releva-se que:

- As colunas do ano 2017 e a projeção Inicial para 2018 reportam a informação dada pelos SIMAS;
- As colunas relativas a 2018, incluindo os indicadores respeitantes aos Grandes Produtores, têm explicação e enquadramento similar ao atrás apresentado para o n.º de m³.

Elaborados a partir dos quadros precedentes, os gráficos que a seguir se apresentam sistematizam, por utilizador final e por tarifário, os indicadores utilizados para apuramento das Tarifas de Disponibilidade e Variável (arredondados à unidade) e constam da folha de trabalho dos proveitos provenientes dos resíduos urbanos (componente regulada faturada pelos SIMAS), parte integrante do ficheiro utilizado para a Formação do Tarifário de 2018 no Portal da ERSAR.



Releva-se que para efeito da Formação do Tarifário 2018 foram utilizados os indicadores nos moldes facultados pelos SIMAS, respeitando, nessa medida, os critérios utilizados por estes na projeção da informação.

Quanto aos custos das atividades reguladas, apresenta-se de seguida a síntese da projeção dos custos para 2018, os quais resultam, grosso o modo, da média aritmética simples do Reporte de Contas do exercício económico de 2016 (validado 6 de julho de 2017) e da previsão de fecho de 2017, exceto o fornecimento de serviços em alta⁵ e as amortizações (calculadas a partir do quadro relativo aos investimentos previstos para 2018 em sede das GOP de 2017).

Neste contexto, importa salientar que o Tarifário de 2018 tem subjacente uma metodologia de apuramento dos Custos Indiretos e dos Custos Comuns análoga à utilizada no âmbito do tarifário anterior, utilizando, por analogia aos Reportes de Contas de 2015 e 2016 (repercutidos também na previsão de fecho de 2017), a informação produzida pela Contabilidade de Custos como referência, naturalmente, tendo por base os Custos Diretos da atividade de gestão de resíduos urbanos previsionados para o exercício.

Acresce referir, que os Custos Comuns têm, nessa medida, correspondência à Função 111 – Administração Geral, uma função de carácter interno, de suporte e transversal a todas as restantes funções, incluindo a que constitui, por excelência, referência ao presente trabalho (Função 245 – Resíduos Sólidos).

Considerando a fonte de informação utilizada para apuramento dos custos (Contabilidade de Custos), também a parte correspondente aos Grandes Produtores (9%) foi desconsiderada neste agregado, constituindo exceção a este pressuposto:

⁵ Fonte: Tratolixo - Quadro descritivo dos pagamentos decorrentes do Contrato para a AMTRES para O Município de Oeiras – Previsão do ano 2017.

- Os fornecimentos em alta que, em face da variação negativa prevista para 2018, no quadro discriminativo da Tratolixo, comparativamente com o ano anterior (acima de 1 milhão de euros), se optou por considerar o valor total (tratamento e TGR) acrescido da execução similar à prevista para 2017, no âmbito do encargo com a AMTRES relativo ao Plano de Tesouraria. Ainda assim, quando comparados com a Previsão de Fecho de 2017, registam uma variação negativa que ultrapassa os 740 mil euros.
- As amortizações, tratadas no seu conjunto como Custo Direto da atividade de gestão de resíduos urbanos e calculadas nos termos definidos pela ERSAR, tendo por base o Reporte de Contas de 2016 e a projeção dos investimentos para 2018 (fonte: GOP 2017 / 100% imputáveis à atividade regulada).

Por aplicação da metodologia foi apurado o custo da atividade de gestão de resíduos urbanos, desagregada na estrutura gráfica que se segue.



Fonte: Informação Formação de Tarifário 2018, submetido no Portal da ERSAR a 31 de outubro de 2017

A análise do gráfico evidencia que os Custos Diretos são os mais significativos e apresentam, face ao Tarifário de 2017, uma redução da expressividade da ordem de 1 ponto percentual, seguindo-lhes os Custos Comuns responsáveis por cerca de 24%.

Os Custos Indiretos, com um peso relativo de cerca de 1%, constituem-se como o agregado menos expressivo devendo-se a variação negativa da ordem dos 3%, no essencial, à opção de considerar como Custo Direto o valor total projetado para as Amortizações.

Atente-se que, no ficheiro de Reporte de Contas disponibilizado em cada ano, pela ERSAR, são entendidos como Custos Indiretos as Amortizações dos bens parcialmente imputados à atividade de gestão de resíduos urbanos, naturalmente, na parte correspondente à sua utilização, enquadrando-se nessa perspetiva as viaturas em conformidade com os lançamentos que tiverem sido lançados em cada ano à Contabilidade de Custos (Bens e Serviços enquadráveis na Atividade Regulada).

Não obstante o disposto no artigo 93.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de resíduos Urbanos (Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril, da ERSAR), sobre a necessidade de definir uma trajetória de convergência tarifária durante o período transitório (5 anos a contar da publicação do normativo), foi definido superiormente que o Tarifário de 2018 seria igual ao atualmente em vigor, quer ao nível das tarifas aplicáveis à faturação da água (faturação SIMAS) quer ao nível dos Serviços Auxiliares (faturação CMO).

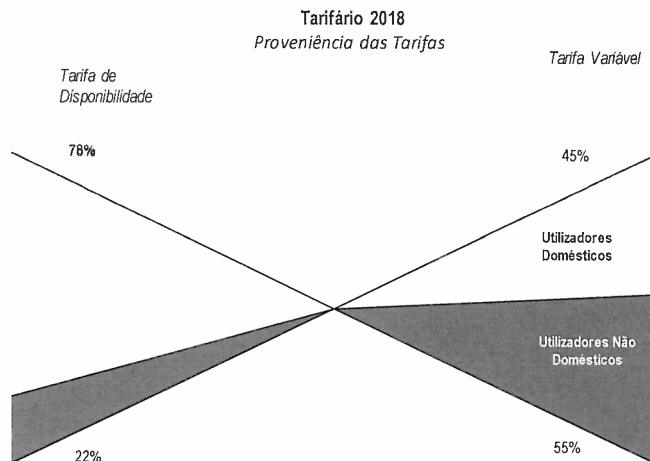
Em face dos custos projetados para 2018 e, presente que se deve ter a decisão e os indicadores atrás discriminados, constata-se que, nos termos dos proveitos tarifários apurados, sistematizados no quadro a seguir apresentado, o grau de cobertura expectável, por aplicação do Tarifário de 2018, situa-se nos 0,9 que, comparativamente aos 0,7 esperados aquando a Formação do Tarifário de 2017, em 2016, evidencia uma melhoria deste indicador.

Simultaneamente, tendo em conta a Previsão de Fecho para 2017, que aponta para uma execução estimada de custos e proveitos da ordem dos 12.069.476,67 € e 7.869.051,19 €, respetivamente, o grau de cobertura mantém-se nos 0,7 estimados aquando a respetiva Formação de Tarifário.

Assim sendo, no que à faturação dos SIMAS diz respeito, importa apresentar a estrutura dos proveitos que por aplicação de cada tarifa, atualmente em vigor, são esperados para 2018, os quais têm correspondência direta aos custos que por esta via é previsível serem suportados.

Projeção dos Proveitos Diretos RU (faturação SIMAS) por Tarifa e por tipo de utilizador Tarifa para 2018

Descrição	Tarifa de Disponibilidade			Tarifa Variável			Total	Est. %
	Tarifa (diária/utilizador)	Proveito Anual Previsto	Est. %	Tarifa (euros / m ³ de água consumida)	Proveito Anual Previsto	Est.%		
<i>Domésticos</i>		3.008.562,46 €	78%		2.832.854,82 €	45%	5.841.417,28 €	58%
Tarifário Normal	0,0952	3.008.562,46 €	78%	0,3518	2.798.344,51 €	45%	5.806.906,96 €	58%
Tarifário Social	Isento	0,00 €	0%	0,3518	34.510,31 €	1%	34.510,31 €	0%
<i>Não Domésticos</i>		832.294,11 €	22%		3.420.274,48 €	55%	4.252.568,59 €	42%
Tarifário Normal	0,3255	820.201,81 €	21%	0,9923	3.281.037,67 €	52%	4.101.239,48 €	41%
Tarifário Social	0,0952	12.092,30 €	0%	0,3518	139.236,81 €	2%	151.329,12 €	1%
Total Geral		3.840.856,57 €	100%		6.253.129,30 €	100%	10.093.985,87 €	100%



- 78% Da Tarifa de Disponibilidade prevê-se que resulte da cobrança aos utilizadores domésticos, um indicador similar ao registado no âmbito da Formação do Tarifário para 2017;
- 55% Da Tarifa Variável prevê-se que venha a decorrer dos utilizadores não domésticos, em oposição ao comportamento no instrumento anterior, cuja expressão se situava nos 41%.

Complementarmente, a análise do quadro permite tecer os seguintes comentários:

- 62% Dos proveitos projetados resultam da aplicação do tarifário variável (6.253.129,30 €), em oposição aos 38% expectáveis por aplicação do tarifário de disponibilidade (3.840.856,57 €);
- 58% Dos proveitos projetados provêm dos utilizadores domésticos e resultam quase na totalidade (cerca de 99,4%) da aplicação do tarifário normal;
- O tarifário social reflete-se num apoio da entidade gestora aos utilizadores beneficiários que ultrapassa, por via da aplicação do tarifário proposto, os 185 mil euros, registando maior expressão ao nível dos utilizadores não domésticos (cerca de 81%), cuja arrecadação proveniente do tarifário social variável se prevê venha a ultrapassar os 151 mil euros.

O efeito conjugado da opção de manutenção do tarifário RU praticado no último biénio, em 2018, e da revisão dos indicadores subjacentes ao cálculo das tarifas (n.º de utilizadores = disponibilidade e n.º de m³ de água consumida = variável) tendentes a perspetivar o impacto da não aplicabilidade das tarifas RU aos Grandes Produtores, nos termos previstos no Regulamento do Serviço com a redução dos custos em alta⁶ (tratamento dos Resíduos e Taxa de Gestão de Resíduos) projetados para 2018, resulta na melhoria do grau de cobertura, conforme atrás se referiu, acrescentando, naturalmente, aos proveitos provenientes dos SIMAS a projeção dos provenientes dos Serviços Auxiliares estimados (objeto de faturação pelo Município de Oeiras), num total de 2.899,93 €.

⁶ Quadro descritivo dos pagamentos decorrentes do Contrato para a AMTRES e para cada um dos Municípios (Processo n.º 2467/2015 – TC).

Os Serviços Auxiliares traduzem-se, efetivamente, num agregado de proveitos diretos RU verdadeiramente inexpressivo quando comparado com o objeto de faturação pelos SIMAS, sendo de relevar que os valores objeto de submissão a Parecer da Entidade Reguladora, no âmbito da Formação do Tarifário de 2018, resultam da aplicação da estrutura tarifária prevista no referido regulamento, aos indicadores de execução dos primeiros 10 meses de 2017, na medida em que se considerou um nível de execução similar para 2018.

Nessa medida, a estrutura que se apresenta, similar à utilizada para efeito da Formação do Tarifário no Portal, ilustra a aplicação da estrutura tarifária, atualmente em vigor, às quantidades registadas no período de referência.

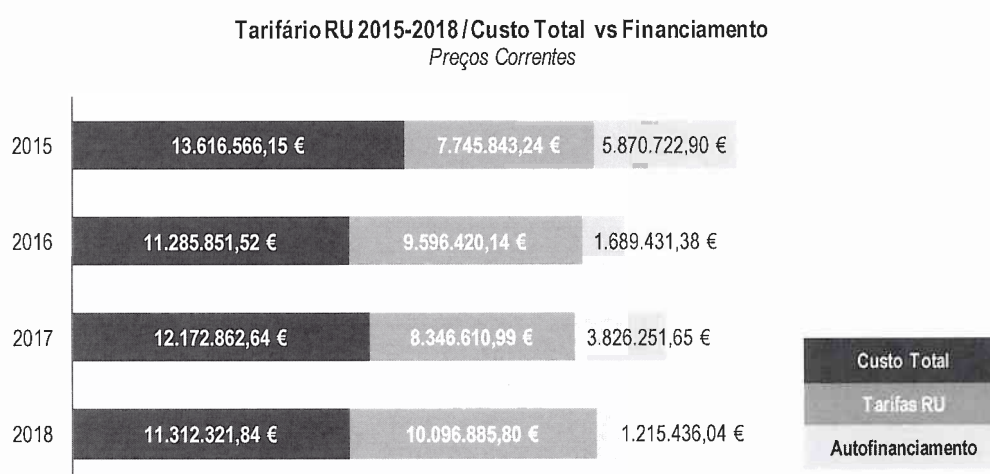
Síntese Tarifária aplicável aos Serviços Auxiliares em 2018

Serviços Auxiliares	Ano 2018 (*)		
	Quantidade anual (#)	Tarifa (€)	Montante (€)
1. Utilização de Recursos Ordinários (RO)			2.546,2183
1.1. Componente Fixa (RO) 2) / Unidade	2	47,9362	95,8724
1.2. Componente Variável			2.450,3459
1.2.1. Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM) / Km	125	0,9264	115,8000
1.2.2. Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM) / Km	440	0,4632	203,8080
1.2.3. Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional) / hora	45	16,8434	757,9530
1.2.4. Assistente Operacional / hora	45	16,8434	757,9530
1.2.5. Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro / Tonelada			
1.2.5.1. Utilizadores Domésticos / Tonelada	23	14,9959	344,9057
1.2.5.2. Utilizadores Não Domésticos / Tonelada	9	29,9918	269,9262
1.2.5.3. Grandes Produtores / Tonelada		59,9836	0,0000
2. Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)			353,7114
2.1. Componente Fixa (RHE) 3)		Isento	
2.2. Componente Variável		0,0000	353,7114
2.2.1. Pedido de mão de Obra	21	16,8434	353,7114
Total			2.899,9297

Concomitantemente, é imperativo ter presente o facto de os Serviços Auxiliares (SA), sendo objeto de Orçamentação Prévia, apenas são objeto de faturação pelo Município de Oeiras quando os resíduos urbanos a recolher, a pedido de Utilizadores Domésticos e Não Domésticos e Grandes Produtores, atinjam ou ultrapassem os 1100 litros. Atente-se que os SA que vierem a ser efetuados a pedido de Grandes Produtores correspondem a situações extra contrato no âmbito dos serviços prestados pela autarquia nos termos regulamentares previstos.

De referir que os Serviços Auxiliares foram pela primeira vez submetidos a Parecer da ERSAR, em 2015, no âmbito da Formação do Tarifário de 2016.

Paralelamente, considera-se pertinente salientar que, desde a entrada em vigor do novo modelo tarifário, os proveitos provenientes da faturação dos Serviços Auxiliares e das tarifas RU, respetivamente, pelo Município de Oeiras e pelos SIMAS (faturação dos serviços de águas = AA – Abastecimento de Água e AR – Águas Residuais), têm sido manifestamente insuficientes para fazer face aos custos suportados com a atividade de gestão de resíduos urbanos, resultando nessa medida na necessidade de recorrer ao autofinanciamento⁷, conforme ilustra o gráfico que se segue.



Da leitura da informação, relativa aos quatro últimos tarifários (todos eles submetidos a Parecer da Entidade Reguladora), constata-se que os valores do autofinanciamento têm sido bastante expressivos, em particular, nos anos 2015 e 2017, os quais registaram valores acima dos 5,8 e dos 3,8 milhões de euros, respetivamente.

Para 2018, em resultado do efeito conjugado da projeção dos custos e proveitos consubstanciada, grosso o modo, por uma redução e por um aumento respetivamente, é expectável uma redução bastante expressiva do recurso ao autofinanciamento, quando comparado a 2015, que, em valor absoluto, poderá ultrapassar os 4,6 milhões de euros. Atente-se que, é expectável, no contexto do presente trabalho, que o autofinanciamento em 2018, no montante de 1.215.436,04 €, represente cerca de 11% do custo total, em oposição aos cerca de 43% projetados aquando a Formação de Tarifário de 2015.

Releva-se que, a melhoria deste indicador resulta, designadamente, da preocupação contínua e sistemática em aperfeiçoar a qualidade e o rigor da informação facultada à ERSAR, no âmbito do Reporte de Contas e Formação de Tarifário, suportada, naturalmente, na otimização da Contabilidade de Custos que culminou, em 2016, no domínio da atividade de gestão de

⁷ Entendido pela ERSAR como subsidiação implícita da atividade.



Resíduos Urbanos (Função 2.4.5.), na desagregação na Tabela de Bens e Serviços das várias tipologias resíduos por componente (regulada e não regulada) permitindo obter no final de cada exercício económico uma informação mais fina e fidedigna.

Contudo, no contexto dos reportes de informação à Entidade Reguladora, designadamente, no âmbito da presente formação tarifária, importa reiterar alguns constrangimentos que poderão comprometer de futuro o rigor e a qualidade da informação contabilística e financeira, devida em parte, à maturação da Contabilidade de Custos, os quais integraram a Memória Justificativa submetida no passado dia 31 de outubro no Portal, a saber:

1. *Em 2017 este Município optou pela implementação de um novo aplicativo informático na área financeira que, encontrando-se em desenvolvimento, não integra ainda a Contabilidade Analítica em qualquer uma das suas vertentes (Custos e Proveitos);*
2. *O plano de trabalhos relativo à referida opção não integra qualquer paralelo com a aplicação em produção neste Município desde 2007 e, como tal, a Contabilidade de Custos deixou de ser uma realidade nesta entidade para efeito da Previsão de Fecho de Exercício, no caso para 2017, contrariamente àquela que tem sido a realidade nos últimos anos;*
3. *Considerando o constrangimento referido no ponto 2., imediatamente anterior, quer a Formação dos Tarifários (incluindo de 2018) quer o Reportes de Contas da Atividade de Gestão de Resíduos Urbanos deixou de ter, desde 1 de janeiro de 2017, a referida ferramenta de gestão como base de referência.*

III. Análise:

No sentido de *promover a melhoria do grau de cobertura em cenário de eficiência produtiva, de forma a assegurar a sustentabilidade dos serviços sem comprometer a acessibilidade económica*, nos termos dos Pareceres da Entidade Reguladora emitidos no âmbito da Formação dos Tarifários, desde 2015, o Tarifário aplicável ao Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (modelo atual), no Município de Oeiras, apenas registou um aumento, em 2016 face a 2015, tendo-se mantido inalteráveis as tarifas nos anos que se seguiram (incluindo o ora proposto), conforme espelha a estrutura que se apresenta.

Análise Comparativa das Tarifas RU faturadas pelos SIMAS
por aplicação do tarifário de 2015 e de 2018 (igual a 2016 e 2017)
Preços Correntes

Utilizadores	2015		2018 (igual a 2016 e 2017)		Variação V.A. 2018/2015 (igual a 2016 e 2017)	
	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável	Tarifa Disponibilidade	Tarifa Variável
Doméstico						
Normal	0,0770 €	0,2844 €	0,0952 €	0,3518 €	0,0182 €	0,0674 €
Social		0,2844 €		0,3518 €	0,0000 €	0,0674 €
Não Doméstico						
Normal	0,1936 €	0,5694 €	0,3255 €	0,9923 €	0,1319 €	0,4229 €
Social	0,0770 €	0,2844 €	0,0952 €	0,3518 €	0,0182 €	0,0674 €

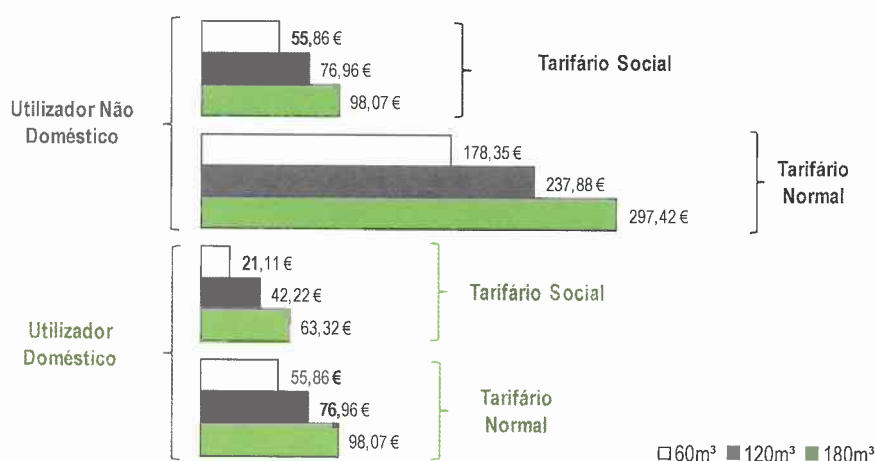
Nota:

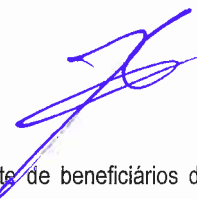
A Tarifa de Disponibilidade (ou Fixa) é aplicável diariamente por utilizador e a Tarifa Variável é aplicável por m3 de água consumida.

O Tarifário Familiar deixou de ser aplicável no Município pois este não utiliza o Sistema PAYT (Pay As You Throw) como base de cálculo da Tarifa Variável.

Complementarmente, por analogia ao ficheiro da ERSAR utilizado para efeito de Formação do Tarifário, no Portal, o gráfico a seguir apresentado permite aferir o custo anual suportado em matéria de Resíduos Urbanos por escalão de consumo de água (60 m³, 120 m³ e 180 m³) e por tipo de utilizador final. Releva-se que, nos termos do Ofício Circulado N.º 30177/2015, de 10 de dezembro, da Autoridade Tributária, a faturação das Tarifas aplicáveis ao serviço de gestão de Resíduos Urbanos (remoção de resíduos da via pública) está isenta de IVA.

Custo Total Anual Suportado Resíduos Urbanos por intervalo de consumo





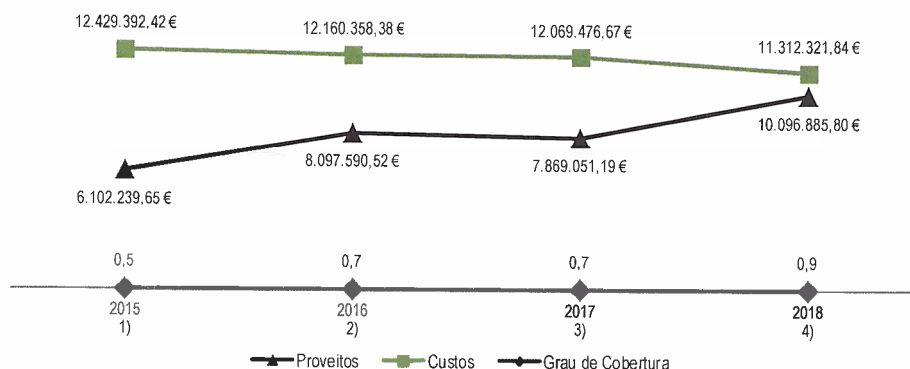
O gráfico ilustra também os valores suportados por cada agregado de utilizadores consoante se trate de beneficiários do Tarifário Social ou do Tarifário Normal e evidencia o cumprimento dos requisitos regulamentares subjacentes à aplicação dos Tarifários Sociais. Atente-se que, no caso dos utilizadores domésticos, o Tarifário Social consiste na isenção da tarifa de Disponibilidade, pelo que os valores indicados apenas respeitam à Tarifa Variável.

Embora insuficiente para fazer face aos custos suportados pelo Município no âmbito da atividade em apreço, o aumento das tarifas registado em 2016, face a 2015, teve em vista o cumprimento do estabelecido no artigo 93.º do regulamento tarifário sobre a necessidade de as entidades gestoras deverem definir uma trajetória de convergência tarifária, no total respeito pelo disposto no n.º 1 do artigo 52.º do referido diploma, o qual estipula que os tarifários do serviço de gestão de resíduos urbanos devem ser definidos por “...forma a refletirem a recuperação dos custos incorridos com a prestação do serviço em cenário de eficiência, incluindo o custo anual da manutenção e substituição das infraestruturas e equipamentos.”.

Neste sentido, o gráfico a seguir apresentado ilustra as variações registadas nas tarifas aplicadas no período compreendido entre 2015 a 2018, sendo perceptível o aumento dos proveitos daí resultantes que, associado à redução dos custos da atividade, repercute-se numa melhoria do grau de cobertura o qual, para a informação apurada, apresenta uma variação positiva em cerca de 2 décimas em 2018 face a 2017 (comportamento similar ao registado em 2016 relativamente a 2015). Apesar de se manter aquém do que a legislação estipula é evidente o caminho percorrido em matéria de convergência tarifária ao longo deste período, naturalmente, suportado na informação apresentada, consubstanciada em dados encerrados e reportados (2015 e 2016) e em dados projetados para 2017 e 2018.

Salienta-se que, em face da inexistência da Contabilidade de Custos no aplicativo informático atualmente em vigor no Município de Oeiras, desde 1 de janeiro do corrente ano (sem qualquer paralelo), desconhece-se qual o impacto que tal constrangimento terá sobre a qualidade e o rigor da informação que virá a ser reportada à ERSAR em 2018 relativamente à execução da atividade regulada durante o corrente ano.

Evolução dos indicadores da Atividade de gestão RU entre 2015 e 2018,
Preços Correntes



Notas:

1) Fonte: Reporte de Contas de 2015, validado pela Entidade Reguladora a 10 de agosto de 2016, em resultado da aplicação do primeiro tarifário realizado ao abrigo da Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril da ERSAR, Formação do Tarifário 2015 (Custos = 13.616.566,15 € / Proveitos = 7.745.843,24 € / Grau de Cobertura = 0,6):

2) Fonte: Reporte de Contas de 2016, validado pela Entidade Reguladora a 6 de julho de 2017, Formação do Tarifário 2016 (Custos = 11.285.851,52 € / Proveitos = 9.596.420,14 € / Grau de Cobertura = 0,9).

3) Fonte: Formação de Tarifário 2018= Previsão de fecho de exercício 2017, Formação do Tarifário 2017 (Custos = 12.172.862,64 € / Proveitos = 8.346.610,99 € / Grau de Cobertura = 0,7):

* Proveitos = Execução dos primeiros 8 meses e previsão dos restantes 4 a partir da média aritmética, por mês, da execução dos últimos 2 anos (Tarifas RU SIMAS) acrescido dos Serviços Auxiliares;

* Custos = Média Aritmética simples dos Reportes de Contas de 2015 e 2016 (exceto fornecimentos em alta e amortizações). Metodologia possível na ausência da Contabilidade de Custos no Município de Oeiras desde 1 de janeiro de 2017.

4) Fonte: Formação de Tarifário 2018 = Previsão 2018 (Custos = Média Aritmética Simples dos Reportes de Contas de 2015 e 2016, exceto fornecimentos em alta e amortizações), Tarifário 2018 = Tarifário 2017 (igual a 2016).

A análise do gráfico permite constatar:

- Uma quebra progressiva dos custos, com maior expressão em 2018 comparativamente à Previsão de Fecho apontado para 2017 (-757.154,82 €), devido à redução em cerca de 18% (-740.311,86 €) dos montantes dos fornecimentos em alta quando comparado com a Previsão de Fecho para 2017, cuja fonte⁸, utilizada para a presente formação de tarifário, aponta para um montante de 3.294.448,42 € (2.953.423,79 € para deposição e tratamento dos resíduos urbanos e 341.024,63 € para a Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos), acrescido do Plano de Tesouraria para financiamento da AMTRES, no valor de 25.684,96 € (nível similar à execução de 2017), em oposição aos mais de 4 milhões de euros previstos para 2017.
- Um comportamento diferenciado dos proveitos no período, sendo de realçar, grosso modo:
 - ✓ Que o crescimento positivo dos proveitos, em cerca de 1,9 milhões de euros, executados em 2016 relativamente a 2015, resulta do aumento das tarifas já atrás referido.

⁸ Quadro descritivo dos pagamentos decorrentes do Contrato para a AMTRES e para cada um dos Municípios (Processo n.º 2467/2015 – TC).



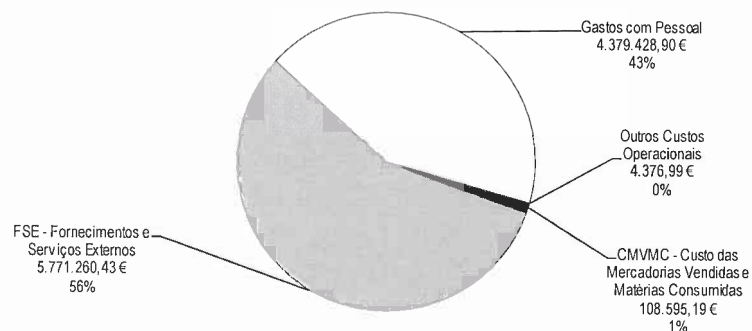
- ✓ Que a redução prevista para 2017, em sede de fecho de exercício, comparativamente com o ano precedente, se justifica pelo ajustamento negativo em resultado do impacto negativo expectável do recenseamento dos Grandes Produtores que, dando cumprimento ao previsto no Regulamento do Serviço, deixam de ser objeto das Tarifas aplicáveis aos Resíduos Urbanos (Disponibilidade e Variável) na faturação emitida pelos SIMAS. Note-se que, nos termos do mesmo documento e da legislação em vigor, este agregado de utilizadores (com produção média diária de resíduos igual ou superior aos 1100 litros) é responsável pelo encaminhamento, deposição e tratamento dos resíduos urbanos por si produzidos suportando, naturalmente, os respetivos custos.
- ✓ Que o incremento dos proveitos expectáveis em 2018, comparativamente à Previsão de Fecho de 2017, em cerca de 28% (+ de 2,2 milhões de euros), fica a dever-se, em particular, à aplicação dos indicadores previstos pelos SIMAS para 2018 às Tarifas propostas no âmbito do presente documento. Releva-se que, não obstante o ajustamento negativo à informação dos SIMAS respeitante à projeção do n.º de Grandes Produtores e do n.º de m³ de água consumida, utilizada para efeito da Tarifa de Disponibilidade e Tarifa Variável, respetivamente, com impacto, essencialmente, ao nível dos Utilizadores Não Domésticos, os indicadores refletem um aumento generalizado repercutindo-se, naturalmente, no aumento dos proveitos.
- Uma melhoria do grau de cobertura dos custos incorridos com a atividade em apreço, em particular o expectável em 2018 face a 2017, em resultado do comportamento esperado para os dois agregados cujo efeito conjugado para ele contribui (pontos imediatamente supra).

Concomitantemente ao exposto no presente ponto considera-se ainda oportuno fazer uma breve resenha da estrutura de Custos, presente que se deve ter que os proveitos da atividade em apreço se encontram tratados, na íntegra, no agregado relativo à Prestação de Serviços, parte integrante da Demonstração de Resultados da atividade.

Nessa medida, de entre indicadores objeto de Parecer pela Entidade Reguladora, merecem especial enfoque os Custos de Exploração, cuja estimativa em sede da Formação de Tarifário para 2018, apontando para o montante de 10.263.661,50 €, apresenta uma redução de 849.410,07 € face à estimativa de Fecho de 2017 (11.113.071,58 €).

O gráfico que se apresenta sistematiza os grandes agregados que constituem os Custos de Exploração projetados para 2018, sendo evidente a primazia dos Fornecimentos e Serviços Externos e dos Gastos com o Pessoal, com um peso relativo da ordem dos 56% e 43% respetivamente. Atente-se que a redução estimada para estes agregados, no montante de 765.806,46 €, responde por cerca de 90% da redução referida no parágrafo anterior.

Tarifário 2018 - Custos de Exploração previstos



Fonte: Formação do Tarifário 2018 submetido no Portal da ERSAR a 31 de outubro de 2017.

Uma análise mais fina da informação permite, por seu turno, aferir:

- Que os fornecimentos em alta estimados para 2018, no valor de 3.320.133,38 €, são responsáveis por cerca de 58% dos FSE e apresentam uma variação negativa de 740.311,86 € quando comparados com o montante da Previsão de Fecho de 2017 (4.060.445,24 €);
- Que o rácio entre os Custos de Exploração e a previsão de recolha de resíduos para 2017 (71.856 toneladas) e 2018 (72.621 toneladas) resulta num Custo Unitário de Exploração previsto da ordem dos 154,66 € e 141,33 €, respetivamente.

Finalmente, considera-se oportuno destacar algumas considerações que se depreendem ou constam do Parecer emitido pela ERSAR, a saber:

1. A análise do resumo dos indicadores aponta, respetivamente:
 - a. Para a melhoria do Grau de Cobertura do Gasto Total, o qual alterou de 0,70 em 2017 (insatisfatório) para 0,90, em 2018, permanecendo, ainda assim, insatisfatório;
 - b. Para a manutenção da apreciação sobre o Custo Unitário de Exploração, o qual se mantém insatisfatório não obstante a descida registada de 154,66 € em 2017 para 141,33 € em 2018;
 - c. Para a boa Acessibilidade Económica (0,14%), um nível similar ao previsto para 2017, então de 0,15%;
2. Reitera a análise atrás apresentada relativamente ao montante da subsídioção implícita a situar-se, desta feita, acima dos 1,2 milhões de euros, conforme análise atrás efetuada.
3. A título de conclusão releva, respetivamente, o seguinte:
 - a. *"A CM de Oeiras propõe um tarifário para o serviço de resíduos urbanos que conduz a uma cobertura dos gastos por via tarifária insuficiente devendo promover a melhoria deste indicador, em cenário de eficiência produtiva, de forma a assegurar a sustentabilidade do serviço."*



- b. *"A melhoria da cobertura dos gastos pode ser obtida através de um aumento tarifário até ao limite em que o indicador da acessibilidade económica não é comprometido (vide Anexo "Bandas de referência"), embora, atendendo aos elevados custos unitários de exploração, a CM de Oeiras possa igualmente tomar medidas que reduzam os gastos decorrentes de ineficiências no âmbito do serviço de gestão de resíduos urbanos, de forma a não penalizar os utilizadores;"*
- c. *"A CM de Oeiras deve evidenciar nos tarifários a aprovar, bem como nas faturas a emitir, o valor das tarifas variáveis e da TGR de forma separada."*
4. Considera, no âmbito da Estrutura Tarifária, que *"Sem prejuízo das observações efetuadas, apraz-nos verificar que a estrutura tarifária prevista aplicar em 2018 pela CM Oeiras cumpre as principais disposições do Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos(...)"*.

A propósito da alínea c do n.º 3, não obstante a proposta inicial apresentada na Formação do Tarifário para 2018, submetida a Parecer a 31 de outubro, apontar para a aplicação de igual pressuposto ao de anos anteriores, ou seja, a Tarifa Variável incluiria a TGR (Taxa de Gestão de Resíduos), propõe-se que seja acolhida a recomendação da ERSAR, dando cumprimento aos requisitos legais em vigor plasmados no Parecer elaborado por esta entidade.

Nessa perspetiva, desconhecendo-se, em concreto, qual o n.º de toneladas de resíduos que serão encaminhadas para destino final pelo Município de Oeiras durante o ano 2018, realizou-se o exercício para apuramento da TGR, tendo como pressuposto a aplicação do valor máximo previsto no n.º 2 do artigo 58.º da Lei N.º 82-D/2014, de 31 de dezembro (8,8 € por t/resíduos) que, nos termos da alínea a) do n.º 3 do mesmo artigo, é aplicável, por tonelada, aos resíduos depositados em aterro.

Assim sendo, no sentido de fundamentar esta proposta, pós Parecer, apresenta-se o quadro que sistematiza os requisitos de cálculo da TGR, nos termos atrás descritos e, bem assim, o impacto financeiro provocado nas contas dos utilizadores finais, o qual deve ser acrescido ao exercício atrás apresentado para o Tarifário de 2018.

Valor da TGR para 2018 (€/t Resíduos) 1)	8,80 €
N.º de Toneladas previsto para 2018	72.621
Valor total suportado previsto para 2018	639.064,80 €
N.º de m³ (base de Cálculo da Tarifa Variável) 1)	11.754.740
Valor TGR por Utilizador Doméstico e Não Doméstico (€/m³)	0,0544 €

NOTA:

1) Valor Unitário previsto no n.º 2 do artigo 58.º da Lei N.º 82-D/2014, de 31 de dezembro de 2014.

A Taxa de Gestão de Resíduos é comum a todos os utilizadores finais.

Tal como as Tarifas RU a TGR deve ser isenta de IVA

TGR	
Impacto financeiro anual TGR nas contas dos utilizadores finais	
* Consumo 60 m³ (5 m³ / mês)	3,2620 €
* Consumo 120 m³ (10 m³ / mês)	6,5240 €
* Consumo 180 m³ (15 m³ / mês)	9,7860 €
Impacto financeiro mensal TGR nas contas dos utilizadores finais	
* Consumo 5 m³	0,2718 €
* Consumo 10 m³	0,5437 €
* Consumo 15 m³	0,8155 €

Por último, a respeito da alínea b do n.º 3 considera-se atinente apresentar a evolução dos gastos suportados ou previstos suportar com os fornecimentos em alta, no caso, os relativos à deposição e tratamento dos resíduos e TGR, conforme estrutura que se apresenta.

Evolução dos Custos dos Fornecimentos em Alta faturados pela Tratolixo (Tratamento e Deposição e TGR) entre 2015 e 2018
Preços Correntes

Fornecimentos em Alta (Tratolixo *)	2015 1)		2016 1)		2017 2)		2018 3)	
	Valor	Est. %	Valor	Est. %	Valor	Est. %	Valor	Est. %
Tratamento e Deposição	4.187.480,41 €	98%	4.021.626,14 €	97%	3.810.108,18 €	94%	2.953.423,79 €	90%
TGR - Taxa de Gestão de Resíduos	91.991,09 €	2%	105.987,27 €	3%	224.652,10 €	6%	341.024,63 €	10%
Total	4.279.471,50 €	100%	4.127.613,41 €	100%	4.034.760,28 €	100%	3.294.448,42 €	100%

Notas:

- 1) Reporte de Contas da atividade de gestão de resíduos urbanos.
- 2) Previsão de Fecho de Exercício.
- 3) Projeção para efeito da Formação do Tarifário para 2018 objeto de Parecer da ERSAR (apenas os montantes objeto de tratamento).

Desconsiderando eventuais desvios que possam resultar da execução de ambos os agregados, em 2017 e 2018, relativamente às previsões apresentadas no presente documento, a análise do quadro mostra, para o período em análise, uma tendência para a redução dos custos para tratamento dos resíduos ao mesmo tempo que se regista uma tendência para o aumento da TGR, em resultado, designadamente, do aumento do valor⁹ a pagar pelas entidades em alta (no caso Tratolixo) as quais fazem refletir na faturação emitida às entidades em baixa (Município de Oeiras) e estas aos seus utilizadores finais, nos termos legais previstos e que doravante se propõe aplicar.

⁹ Por aplicação da tabela reproduzida no n.º 2 do artigo 58.º da Lei N.º 82-D/2014, de 31 de dezembro.



IV. Proposta:

Em face do exposto propõe-se ao Órgão Executivo que:

1. Aprove, por aplicação da legislação em vigor nomeadamente a atrás referida, a alteração do tarifário em vigor, publicitado no Edital n.º 364/2016 de 15 de dezembro e respetivo enquadramento, pelo Tarifário para 2018 submetido à ERSAR e objeto de Parecer, nos termos e em conformidade com a comunicação desta entidade que junto se anexa (sua Referência: O-010227/2017, de 4 de dezembro);
2. Aprove a estrutura tarifária submetida no âmbito da Formação do Tarifário para 2018, nos moldes então propostos, acrescida do valor acima proposto para a TGR (0,0544 € / m³), acolhendo a recomendação da ERSAR efetuada em sede do referido Parecer, a qual aponta para a necessidade de dar *"cumprimento do disposto no artigo 18.º- da Deliberação N.º 928/2014, publicada na 2.ª Série do Diário da República, de 15 de abril de 2014, que aprova o Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos."*
3. Após tal aprovação, se proceda à publicitação da estrutura do "Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos" para o Município de Oeiras, para o ano 2018, respetivas Tarifas de Disponibilidade e Variável, do Tarifário Social, bem como do Tarifário aplicável aos Serviços Auxiliares, conforme matrizes que se apresentam, dando cumprimento ao disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente, através de Edital.



Município de Oeiras
Tarifário de Gestão dos Resíduos Urbanos - 2018
(Faturação pelos SIMAS)

Descrição	Tarifário 2018		Requisitos Enquadramento Legal
	Tarifa Disponibilidade Diária /por cliente	Tarifa Variável por m3 de água consumida	
Tarifário Normal			
Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Artigo 21.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), publicado a 15 de abril de 2014 (Diário da República n.º 74 – 2.ª Série), relativo às Diferenciações Tarifárias
Não Doméstico	0,3255 €	0,9923 €	
Tarifário Social			
Doméstico	Isento	0,3518 €	Isenção da tarifa disponibilidade aos utilizadores domésticos quando se encontrem em situação de carência económica, comprovada pelo sistema de segurança social, conforme alínea a) do n.º 1, n.º 2 e n.º 3 do artigo 22.º do RTSGRU e alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 66.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras
Não Doméstico	0,0952 €	0,3518 €	Aplicação da tarifa de disponibilidade e da tarifa varável aplicáveis aos utilizadores domésticos exclusivamente a pessoas coletivas de declarada utilidade pública, conforme alínea b) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 22.º do RTSGRU e alínea b) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 66.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras
Conforme Formação de Tarifário para 2018 objeto de Parecer pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) (sua comunicação de 4 de dezembro de 2017 sua referência: O-010227/2017)			

Nota:

Nos termos do n.º 2 do artigo 22.º relativo aos Tarifários Sociais do RTSGRU (com correspondência à alínea a) do n.º 1 do artigo 66.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras), considera-se situação de carência económica o benefício de, pelo menos, uma das seguintes prestações sociais:

- a) Complemento Solidário para Idosos;
- b) Rendimento Social de Inserção;
- c) Subsídio Social de Desemprego;
- d) 1.º Escalão do Abono de Família;
- e) Pensão Social de Invalidez

Nos termos do Parecer da ERSAR (sua comunicação acima referida), o Tarifário a aprovar e as faturas a emitir devem evidenciar de forma clara os valores unitários das Tarifas Variáveis e da TGR (linhas separadas), dando cumprimento ao disposto no artigo 18.º da Deliberação N.º 928/2014, de 15 de abril (acima referenciado como RTSGRU).

A Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos (TGR), no valor de 0,0544 € / m³ é aplicável a todos os utilizadores finais (incluindo os beneficiários de Tarifários Sociais) e, tal como as Tarifas RU (Disponibilidade e Variável), é isenta de IVA.

Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos Atividade Regulada 2018

Serviços Auxiliares - Utilização de Recursos Ordinários (SARO) e Recursos Humanos Extraordinários (SARHE)

Código				Serviços / Utilização de recursos	Unidade	Valores
						Sem IVA
						1)
1.				Utilização de Recursos Ordinários (RO)		
1.	1.			Componente Fixa (RO) 2)	Unidade	47,9362
1.	2.			Componente Variável		
1.	2.	1.		Viaturas com Peso Bruto Superior a 3,5 toneladas (PSR ou PSM)	Km	0,9264
1.	2.	2.		Viaturas com Peso Bruto Inferior a 3,5 toneladas (LGM)	Km	0,4632
1.	2.	3.		Operador de Máquinas - Motorista = AO (Assistente Operacional)	Hora	16,8434
1.	2.	4.		Assistente Operacional	Hora	16,8434
1.	2.	5.		Deposição de 1 tonelada de RSU em Aterro	Tonelada	
1.	2.	5.	1.	Utilizadores Domésticos	Tonelada	14,9959
1.	2.	5.	2.	Utilizadores Não Domésticos	Tonelada	29,9918
1.	2.	5.	3.	Grandes Produtores	Tonelada	59,9836
2.				Utilização de Recursos Extraordinários (RHE)		
2.	1.			Componente Fixa (RHE) 3)	Unidade	Isento
2.	2.			Componente Variável		
2.	2.	1.		Pedido de mão de Obra	Unidade / Hora	16,8434

Notas:

1) IVA à taxa reduzida legal em vigor sobre a totalidade do serviço.

2) **Componente Fixa (RO) - Isenção do pagamento** sempre que o adjudicatário (Doméstico ou Não Doméstico) tiver ativo um contrato de abastecimento de água com os SIMAS, sendo exigível a apresentação da última fatura, cuja morada deve ser coincidente com a de realização do serviço (n.º 6 do artigo 64.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos de Limpeza e Higiene Urbana do Município de Oeiras).

No caso de ser grande produtor, cliente do Município de Oeiras do serviço de recolha de resíduos urbanos, fica igualmente isento na medida em que suporta o pagamento da componente fixa mensalmente no âmbito da execução do contrato. Para beneficiar desta isenção deve ser apresentada a última fatura emitida pelo MO, devendo a morada ser coincidente com a do local de realização do serviço auxiliar.

3) **Componente Fixa (RHE)** - Esta componente é igualmente objeto de isenção quando estiver associada à utilização de Recursos Humanos Extraordinários, complementarmente aos obrigatórios, por se considerar que a correspondente de Recursos Ordinários já tem subjacente uma Componente Fixa, ainda que, por aplicação do disposto no regulamento, tenha havido lugar a isenção.

A presente Estrutura Tarifária não dispensa a leitura da respetiva Fundamentação Económica e Financeira e do referido regulamento sempre que tal se revelar necessário.

Nos termos do Parecer da ERSAR (sua comunicação acima referida), o Tarifário a aprovar e as faturas a emitir devem evidenciar de forma clara o valor da TGR dando cumprimento ao disposto no artigo 18.º da Deliberação N.º 928/2014, de 15 de abril.

A Taxa de Gestão de Resíduos Urbanos (TGR), no valor de 0,0544 €/tonelada é aplicável a todos os utilizadores dos Serviços Auxiliares (com correspondência aos códigos 1.2.5., conforme estrutura supra).

**V. Anexo:**

Comunicação da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) de 4 de dezembro de 2017, sua referência: O-010227/2017, relativa ao Parecer sobre o Tarifário dos Serviços de Resíduos para 2018 do Município de Oeiras.

À Consideração Superior,

A Técnica Superior de Economia
Fernanda Ribeiro